

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS | VOL 30 | Nº 10 | OUTUBRO 2010 | R\$ 15,00



AGROANALYSIS
30 ANOS

Especial café

CHOQUE DE GESTÃO PÚBLICO E PRIVADO

ANTÔNIO MEYER Compra de terras por estrangeiros

AGRONEGÓCIO BRASILEIRO Modelo de sucesso

PESQUISA O que os leitores pensam da *Agroanalysis*

O agronegócio é o seguinte

Remodelagem na cafeicultura

AGROANALYSIS APRESENTA este mês um caderno especial da cadeia produtiva da cafeicultura brasileira. O texto é interessante, porque traz matérias com as visões de cada elo para melhorar e dar competitividade para a produção e industrialização. Mesmo para a rubiácea em que o Brasil possui liderança histórica na colheita e na exportação, sempre existe a hora de aprimorar. Não basta ficar na celebração em cima dos louros das vitórias passadas. Os mercados, com suas mudanças, exigem ações criativas, principalmente no caso brasileiro, que deseja continuar na sua posição tradicional de líder. É isso que o Conselho Nacional do Café batizou de choque de gestão.

Para este ano, a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de produzir 47,2 milhões de sacas de 60 kg, sendo 36,0 milhões da variedade arábica e 11,2 milhões da conilon. Com ganhos de produtividade, apesar de a área dos cafezais ficar relativamente estável, a produção insiste em crescer. Isso, infelizmente, não tem se traduzido em renda para o cafeicultor: a sua produção, com frequência, é vendida a preços abaixo do custo de produção.

A respeito da publicação da matéria na seríssima revista *The Economist* sobre o milagre da agricultura brasileira, cabe uma reflexão para os formuladores das políticas públicas para o setor primário, não só nacional como também o estrangeiro. A lição está em concentrar recursos e investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação e constitui o melhor caminho para colher resultados a médio prazo no Brasil.

A agricultura brasileira é tratada como exemplar, principalmente na geração da tecnologia tropical. Em quatro décadas, além de se tornar o primeiro gigante na agricultura tropical, o Brasil foi o primeiro país a desafiar o domínio dos cinco maiores exportadores mundiais: Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e União Europeia. Para o continente africano, que acumula sucessivos empreendimentos malfadados na sua agricultura, grande parte por equívocos na condução técnica, a experiência

brasileira constitui uma rica fonte de referência, pela razão básica de ambas exigirem modelos específicos para os trópicos. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é citada como uma referência mundial.

Como instrumento anticíclico, com a sanção presidencial, é criado o Fundo de Catástrofe para o fortalecimento do seguro rural no País. É um passo crucial, apesar de haver um percurso longo para ser percorrido. Uma agricultura da magnitude da brasileira não pode dispensar este instrumento como protetor de renda. Estatísticas de sinistros e padronização de peritagens são outras ações paralelas, de caracteres indispensáveis, para dar sustentabilidade a esta política. Fica para o novo governo a missão de colocá-la na prática. ■

Novas seções

Nesta edição, *Agroanalysis*, a partir de pesquisa junto aos leitores (veja o resumo reproduzido na página a seguir), decidiu criar duas novas seções chamadas Crédito e Serviços ao Agronegócio. Esta segunda será exibida nas páginas finais da revista, com várias informações não usuais, mas que servirão como fonte de consulta rápida.

Lá estão dados sobre safra e preços de insumos e máquinas agrícolas por região, entre outros. Além disso a seção crédito apresentará mensalmente, sob a ótica do produtor, dicas de disponibilidade de recursos e custos.

Aumentamos também o espaço oferecido aos nossos colonistas, pessoas que ajudam a desenvolver o agronegócio deste país.

Esperamos, com isso, continuar no esforço de atender cada vez mais e melhor nossos leitores. Essa é a missão da revista. Caso algum leitor tenha alguma outra sugestão, entre em contato conosco pelo e-mail contato@agroanalysis.com.br, que teremos enorme prazer em atender.

Agroanalysis

Resultado da pesquisa com nossos leitores

QUALQUER EDITOR ficaria muito satisfeito ao ver o resultado da pesquisa feita com nossos leitores ao longo dos últimos dois meses. Das respostas, 91,6% apontam para opiniões muito positivas sobre **Agroanalysis**. E mais: 85,3% dos assinantes afirmam não existir revista alguma no setor que tenha a mesma cobertura dos assuntos. Ou seja, temos a aprovação absoluta de nossos leitores, e nenhuma outra revista do setor agropecuário consegue ter grau de informação semelhante ao nosso. É muito importante notar também

que, ao longo dos últimos cinco anos, desde a última pesquisa feita em 2004, a opinião dos nossos assinantes continua a mesma.

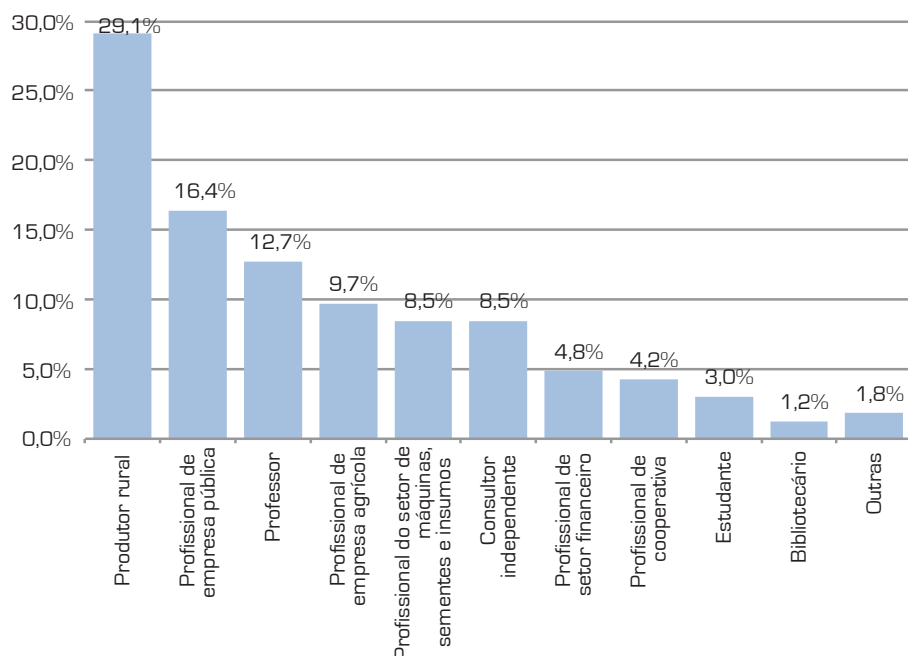
A sequência de resultados apresentados mostra a coerência da pesquisa. Nos quesitos confiabilidade e atualização das informações, nenhum dado mostra menos de 87,5% de qualificações ótimas e boas. Neste caso, também mantivemos os mesmos índices de aprovação de 2004.

Mais satisfeito ainda fica o editor quando nota a qualificação de seus lei-

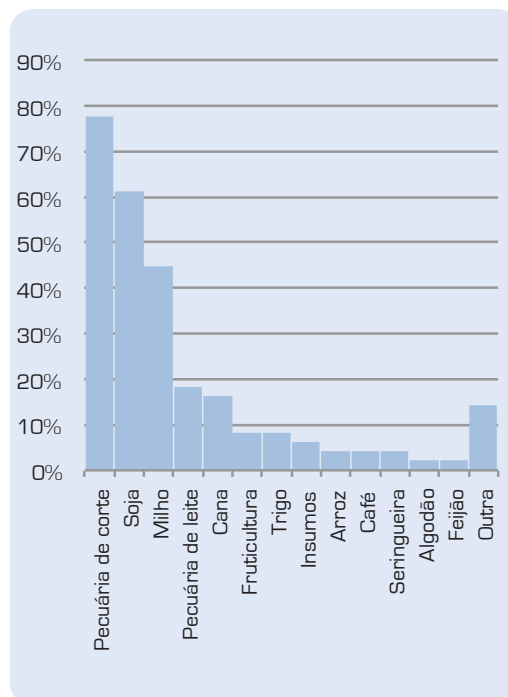
tores. Além dos produtores rurais, temos gestores do setor público, professores, pesquisadores, estudantes, consultores, além de profissionais dos demais elos da cadeia produtiva (setor de insumos e da indústria de transformação). Enfim, nossos leitores são os formadores de opinião do setor agropecuário.

Incorporamos, a partir desta edição, algumas ideias trazidas pela pesquisa, conforme já comentado no editorial, e reafirmamos nosso compromisso de sempre bem informar nossos leitores, como a **Agroanalysis** faz há 30 anos!

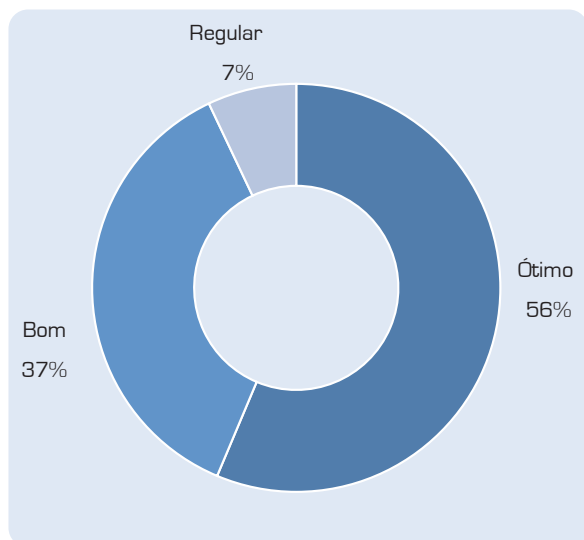
Atividade profissional



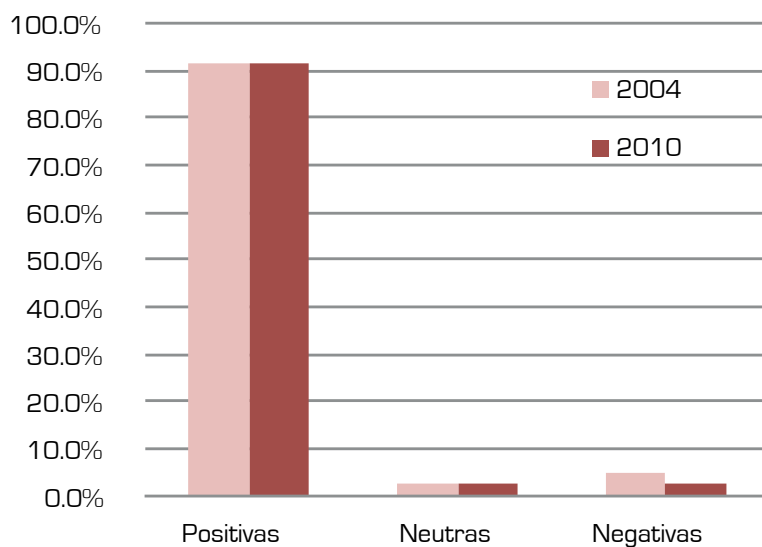
Atividade do produtor rural



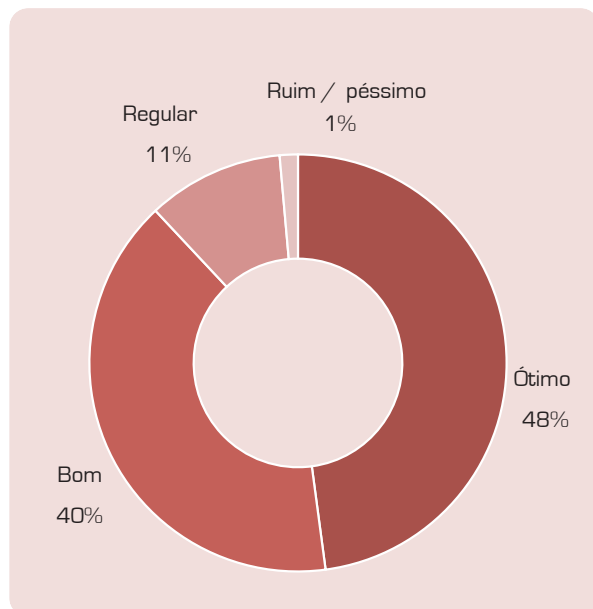
Confiabilidade da informação



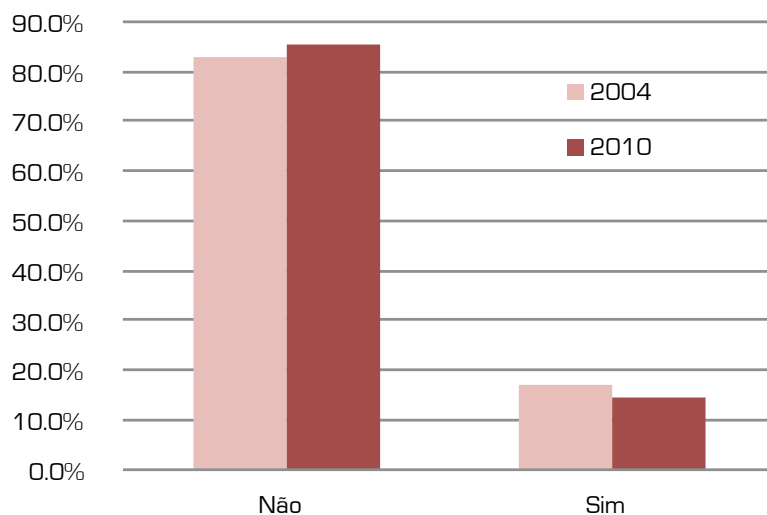
Opiniões sobre a Agroanalysis



Atualização da informação



Existência de outras revistas com os mesmos assuntos da Agroanalysis



AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Juliana Paiva

Revisão: Raphael Messias e Solange Aparecida Visconte

Fotos: sxc.hu e Getty Images.

Secretaria e administração: Debora Durazzo

Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 4243-9702, e-mail: jcotrim@terra.com.br.

Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-3220, Fax:

(11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3799-3220, Fax: (11) 3262-3569

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel

Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque

Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado,

Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz

S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa

da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia),

Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão

(Banco Bradesco S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo

Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel

Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim

Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros

Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do

Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação

Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa

Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, José Luiz Marques Lino (VALE S.A.), Luiz Roberto

Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda.), Ney Coe de

Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo

Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de

Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Pedro

Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café

Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

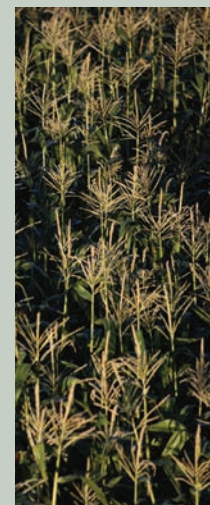
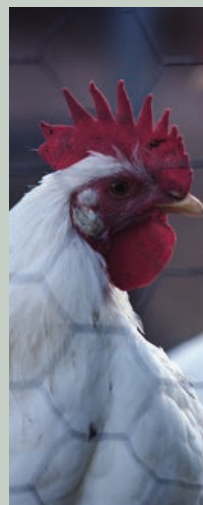
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

8 Antônio Meyer

11 Macroeconomia

12 Agrodrops

14 Frases e comentários

Mercado & Negócios

15 Balança comercial

16 Exportação brasileira de lácteos

18 Agronegócio brasileiro

Especial Café

21 Governança na cadeia produtiva da cafeicultura

Política Agrícola

34 Seguro Rural

Agroenergia

35 Biocombustível

Gestão

36 A logística da carne bovina

Crédito

38 Crédito para o agronegócio

Especial Andef

40 Defensivos agrícolas

Especial OCB

42 Gestão ambiental

44 Diário de bordo

45 Produzir

46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Especial Café



21 Choque de gestão público e privado

Agronegócio Brasileiro



18 Modelo de sucesso

Entrevista



8 Antônio Meyer fala sobre compra de terras

Antônio Meyer,
Advogado e sócio do Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice

“Parecer sob encomenda”

Por Bruno Blecher

O MAIOR absurdo da paróquia. É assim que Antônio Meyer, sócio do Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice, classifica o recente parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que restringiu a compra de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O escritório de Meyer representa empresas e fundos estrangeiros que estão investindo alto na compra de terras no Brasil para a produção agrícola.

“Os projetos agora estão parados”, reclama o advogado. Tudo por causa de um parecer que, segundo ele, foi encomendado por razões políticas, para atender a facções que apoiam o governo nestas eleições. “Este parecer não se mantém juridicamente. Se for contestado em um tribunal sério e imparcial, suas conclusões certamente não serão aceitas, prevalecendo os pareceres anteriores da AGU”, acrescenta o advogado. Participou da entrevista o advogado Alexandre Clápis.

AGROANALYSIS O parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), aprovado pelo presidente Lula, restringiu a compra de terras no Brasil por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O limite estabelecido é de 50 módulos, que variam de 250 a 5.000 hectares dependendo da região. Qual é a sua avaliação?

ANTÔNIO MEYER Você precisa considerar vários agentes. A empresa estrangeira e o cidadão estrangeiro pessoa física que reside fora do Brasil não podem comprar terras no Brasil. A empresa estrangeira autorizada a operar no Brasil e o estrangeiro residente no Brasil, para adquirirem

terras aqui, precisam de uma autorização. Eles podem adquirir até 50 módulos. Se quiserem mais, precisam de uma autorização do Ministério da Agricultura. Isso foi estabelecido por uma lei da época do governo militar, a Lei nº 5.709/71. A questão agora é saber se uma empresa brasileira, quando controlada por inves-

tidore estrangeiros, pode comprar terras ou depende de autorização. A Constituição anterior à de 1988 permitia o que a Lei 5.709 estabelecia, com restrições a empresas brasileiras cujo controle fosse estrangeiro. Essas empresas dependiam de autorização para comprar terras. Aí veio a Constituição de 1988, e a ques-



“Eles julgaram que o Brasil está sendo comprado pelos chineses, o que não é verdade”

tão jurídica era saber se a lei anterior [5.709/71] tinha sido recebida ou não. Se houve recepção pelo novo sistema jurídico constitucional ou não.

AGROANALYSIS O que é essa recepção?

MEYER Quando você aprova uma Constituição como a de 1988, elaborada pelo poder constituinte originário, inaugura um novo sistema jurídico. A rigor, tudo o que era passado morre. Mas se isso de fato ocorresse, inúmeras situações ficariam sem nenhuma regulação, porque, até se legislar tudo novamente, é necessário um tempo enorme. Então, o sistema permite que leis anteriores, não incompatíveis com a nova Constituição, passem a valer como leis novas. Elas são recebidas pelo novo sistema jurídico. A questão, portanto, era saber se a Lei 5.709/71 foi recebida ou não. O artigo 1º desta Lei, em seu parágrafo primeiro, diz que a pessoa jurídica brasileira, da qual participem a qualquer título pessoas físicas ou jurídicas que tenham a maioria do seu capital social, residam ou tenham a sede no exterior, depende de autorização para a aquisição de terras acima dos limites fixados. Esta dúvida foi apresentada nos anos 90 ao então Procurador-geral da União, Geraldo Magela Quintão. Pelo parecer do doutor Quintão, quando a Constituição faz a distinção entre empresas brasileiras controladas por brasileiros e empresas brasileiras controladas por acionistas estrangeiros, ela tem um único propósito: conceder benefícios a empresas brasileiras controladas por brasileiros. A Constituição não estabelece esta discriminação por outras razões. A intenção não foi estabelecer limites e restrições, mas tratar diferentemente as empresas brasileiras controladas por brasileiros, que poderiam ter benefícios e vantagens fiscais. Segundo o doutor Quintão, o artigo 1º da Lei 5.709 não foi recepcionado, porque a Constituição de 1988 não permitia este tipo de restrição. A conclusão do parecer foi que o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei

5.709 estaria revogado, uma vez que ele não foi recepcionado pelo novo sistema.

AGROANALYSIS O novo parecer da AGU cita o princípio da soberania e da preservação do controle nacional para defender a restrição à compra de terras brasileiras por estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

MEYER O parecer cita muita coisa. Esse parecer é um ato político. Sem que eles

“Alguns fundos estavam adquirindo terras no Brasil. São investimentos de longo prazo”

tenham informações e dados a respeito, eles julgaram que o Brasil está sendo comprado pelos chineses, o que não é verdade. Mas eles acham que existe a necessidade de um controle. Como a lei não permite esse controle, eles foram buscar no desespero um instrumento para isso. E a AGU acabou revertendo uma opinião que ela havia dado anteriormente.

AGROANALYSIS Qual é a força do parecer da AGU?

MEYER O parecer da AGU é vinculante para o Poder Executivo. O parecer foi assinado pelo presidente Lula, ou seja, o chefe do Poder Executivo está orientando

todos os seus subordinados que aquela é a opinião que deve ser seguida. Esta é a força do parecer.

ALEXANDRE CLÁPIS O parecer é a interpretação oficial do Poder Executivo sobre a Lei.

AGROANALYSIS Na prática, o que está valendo é a restrição. É isso?

MEYER Os cartórios estão seguindo esta orientação. Antes do parecer, o que prevalecia era a opinião do doutor Geraldo Magela Quintão, segundo a qual o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei 5.709, por não ter sido recebido pela Constituição de 1988, estava revogado. Não havia, portanto, restrição antes do novo parecer. Todas as empresas brasileiras, independentemente de quem as controlassem, podiam comprar terras no Brasil sem autorização. Este foi o sistema vigente até a data da publicação do novo parecer da AGU.

AGROANALYSIS A compra de terras por estrangeiros estava de fato crescendo no Brasil.

ALEXANDRE CLÁPIS Alguns fundos de investimentos estavam adquirindo terras no Brasil. São investimentos de longo prazo. Temos um cliente aqui no escritório, um fundo de pensão americano, que já investiu US\$ 1 bilhão em imóveis rurais. Esse fundo tem o compromisso de manter esse investimento no Brasil por 30 anos. Está investindo no plantio de soja, milho e algodão no Brasil todo. Eles já fizeram compras em São Paulo, estão agora investindo na região do Mato [Maranhão, Piauí e Tocantins] e em Mato Grosso. Convém ressaltar que esses fundos têm uma preocupação ambiental muito forte. Não é um investimento extrativista e nem perverso. Este é um dos investimentos que foram afetados pelo novo parecer da AGU.

AGROANALYSIS O novo parecer da AGU paralisou os investimentos estrangeiros no setor rural?



“O que ocorre na prática é que os cartórios não estão passando a escritura”

CLÁPIS Nós estávamos assessorando os chineses em um negócio com terras no oeste da Bahia. Este investimento, no valor de US\$ 400 milhões, está parado.

MEYER O que ocorre na prática é que os cartórios não estão passando a escritura. Os notários têm responsabilidade funcional e, portanto, têm medo de entrar nessa disputa. Eles preferem não fazer, a correr o risco de ter de pagar no futuro uma indenização monstruosa.

AGROANALYSIS Os negócios já realizados estão preservados. O parecer só alcança as novas aquisições, certo?

MEYER Esse parecer é o maior absurdo da paróquia. Esta é a minha análise jurídica desta situação. Esse parecer foi encomendado por razões políticas, para atender a facções que apoiam o governo nestas eleições. Ele não se mantém juridicamente. Se for contestado por um tribunal sério e imparcial, suas conclusões certamente não serão aceitas, prevalecendo os pareceres anteriores da AGU. A jurisprudência dos tribunais confirmavam, na sua imensa maioria, a orientação anterior da AGU assinada pelo dr. Geraldo Quintão. O próprio parecer reconhece expressamente que há opiniões divergentes na AGU. Ele faz citações de juristas que afirmam que só a lei poderia estabelecer

restrições. É o Congresso Nacional, e não a AGU, que tem competência para estabelecer essas restrições. O próprio parecer admite a sua fraqueza, ao reconhecer que é necessária uma lei para regular este assunto. Se o presidente Lula desejava alterar a lei, deveria ter enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei, e não mudar um parecer da AGU. Isso tem uma repercussão séria lá fora e pode, inclusive, prejudicar a imagem do País. Os investidores estrangeiros podem ficar com medo do Brasil. Medo de que as regras do jogo do mercado possam ser alteradas de uma hora para a outra. A imagem do Brasil junto aos investidores estrangeiros sempre foi positiva. A lei de investimentos estrangeiros é muito antiga, de 1963, e até hoje o País mantém a segurança do investidor, que vem aqui, aplica o seu dinheiro, paga o seu imposto e, se quiser, reaplica os lucros ou manda o dinheiro para fora. Isso beneficiou muito o País e o colocou na rota dos grandes investimentos. Agora, se a gente começa a mudar, a repercussão será muito negativa.

AGROANALYSIS O que está por trás desse parecer?

MEYER O parecer menciona o Sr. Rolf Hackbart, então presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Nós sabemos o que o Sr. Hackbart pensa. Para ele, o parecer do Dr. Geraldo Quintão permitiu a ocupação desenfreada de terras brasileiras por estrangeiros. Ele diz que essas aquisições são mascaradas legalmente com a justificativa de serem adquiridas por empresas brasileiras. Ora, não há nada mascarado. Se você for ao cartório, está lá o nome de todo mundo. Mas, para o Sr. Hackbart, esses negócios podem incentivar a exploração agrícola em áreas de preservação ambiental. Ora, os investidores estrangeiros respeitam as leis ambientais.

AGROANALYSIS O que os investidores estrangeiros pretendem fazer?

MEYER Aqueles que estavam iniciando seus projetos devem esperar para ver o que acontece. Nós vamos ter as eleições e um novo governo. É preciso esperar para ver qual será a orientação do novo governo. Os projetos que não haviam sido iniciados estão parados. Quanto aos projetos que estavam em andamento, nós devemos tomar medidas judiciais para garantir o direito dos investidores. O curioso é que em seu próprio parecer o autor diz o seguinte: “Este parecer terá efeitos limitados e será incapaz de alcançar todas as dimensões do problema”. Dá para entender? ■

Macroeconomia

Apreciação cambial e contas externas

Rogério Mori*

A TAXA de câmbio brasileira tem representado uma preocupação recorrente ao longo dos últimos meses. Desde o pico da cotação da moeda norte-americana, que superou a marca de R\$ 3,80 em setembro de 2002, o real vem mostrando uma trajetória de apreciação praticamente contínua. A única exceção a essa trajetória foi esboçada no último trimestre de 2008 e no início de 2009, quando, por conta dos efeitos da crise financeira internacional, a cotação do dólar voltou a atingir um patamar superior aos R\$ 2,30. Ao longo dos últimos meses, a cotação da moeda norte-americana tem oscilado em torno de R\$ 1,75.

As preocupações em torno da trajetória da cotação do dólar se mostram maiores quando se analisa esse fenômeno, considerando-se a taxa de câmbio real efetiva (que pondera o comportamento das moedas e dos preços dos principais parceiros comerciais brasileiros). Sob essa perspectiva, a posição da taxa de câmbio real efetiva de outubro de 2002 mostrava uma depreciação de 72% em relação a junho de 1994. Esse pico da depreciação, conjugado a um mercado doméstico enfraquecido naquele período, foi um dos motores que estimularam o crescimento das exportações brasileiras nos períodos subsequentes. Desde então, o movimento de apreciação foi praticamente contínuo, e a taxa de câmbio real efetiva de agosto deste ano se situou no mesmo patamar verificado em dezembro de 1998, ou seja, no mesmo nível do mês do auge da crise cambial brasileira que levou à mudança do regime cambial no mês seguinte.

Sem sombra de dúvida, essa dinâmica tem se refletido sobre as contas externas brasileiras. O saldo comercial, que chegou a exibir superávits recordes e patamar superior a US\$ 40 bilhões, vem minguando ao longo dos últimos anos, e as projeções para 2010 apontam para pouco mais de US\$ 10 bilhões. Caso a trajetória da taxa de câmbio se mantenha inalterada, e na ausência de choques adversos que venham a provocar uma desaceleração subida da demanda agregada brasileira, é de se esperar que esse saldo se torne zero ou marginalmente negativo. Com isso, o resultado da conta corrente, que engloba a balança de serviços e as transferências unilaterais, deverá piorar ainda mais.

Sob essa perspectiva, a dinâmica das transações correntes tem exibido uma trajetória cíclica, em que mostrou resultados negativos entre 1995 e 1998, atingindo um déficit de US\$ 33,4 bilhões em 1998, e passou a melhorar desde então. Em 2003, por força da melhora dos superávits comerciais expressivos, esse saldo passou para o campo positivo, atingindo o ápice de US\$ 14,0 bilhões em 2005. A partir de então, um novo ciclo de deterioração foi iniciado e atingiu o patamar negativo de US\$ 24 bilhões no ano passado. Para 2010, esse resultado negativo deverá ficar superior a US\$ 40 bilhões, e para o ano que vem deve-se esperar um resultado ainda mais negativo. Esses déficits ocorrem por conta do déficit na balança de serviços brasileira (pagamentos de juros, remessas de lucros etc.), que exibe características mais estruturais e não cíclicas.

Esses déficits, nos últimos anos, têm sido financiados com sobras pelos ingressos maciços de capitais externos. As taxas de juros mais elevadas no Brasil, a solidez do sistema financeiro e a recuperação da economia brasileira em um ritmo superior ao das demais economias representaram um grande atrativo aos capitais estrangeiros. Esse fenômeno tem permitido não apenas financiar o déficit em transações correntes, mas também tem, em certa medida, forçado o Banco Central a comprar dólares no mercado de câmbio para evitar novas apreciações da moeda brasileira frente à moeda norte americana.

Sob essa lógica, a trajetória da taxa de câmbio pode ser analisada em múltiplas dimensões. A apreciação do real, frente às demais moedas, tem afetado seriamente a competitividade de alguns setores produtivos da economia brasileira. Em particular, a indústria tem sido duramente afetada nesse processo, e uma dinâmica de desindustrialização parece em curso no País nesse momento, com perdas de etapas no processo produtivo industrial. Caso a dinâmica da taxa de câmbio persista, é de se esperar que esse quadro se agrave mais adiante.

Outra dimensão em que esse processo pode ser analisado remete à questão do financiamento das contas externas. Até o momento, a abundância de liquidez internacional tem tornado esses déficits plenamente financiáveis. Como já foi visto em outros momentos da nossa história recente, porém, esses fluxos tendem a se reverter subitamente, levando a uma trajetória de rápida depreciação da moeda brasileira e com uma série de consequências para nossa economia.

Por enquanto, os fluxos seguem ingressando intensamente, e parece que se ensaia um novo movimento de apreciação da moeda brasileira frente às demais. Caso isso ocorra, o quadro delineado poderia se agravar ainda mais. ■

* Professor da FGV/EESP e coordenador do Núcleo de Acompanhamento da Conjuntura Econômica (Nace) no Cemap da FGV/EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



NOVA CRISE DE ALIMENTOS?

A elevação nas cotações internacionais do trigo ocorridas nos últimos meses levanta dúvidas sobre a possibilidade de uma nova crise de alimentos. Protestos e turbulências sociais ocorridos em Moçambique recentemente, devido ao aumento dos preços do pão, confirmariam esta hipótese. Contudo, artigo da revista *The Economist* desqualifica este argumento, lembrando que em 2008 os estoques chegaram aos níveis mais baixos em 30 anos, o que não se observa agora. Tampouco, seria justificativa plausível a quebra na safra russa, que levou o governo daquele país a restringir suas exportações (a Rússia representa apenas 8% da produção mundial). Ao que tudo indica, os mercados estão funcionando menos e ficando cada vez mais vulneráveis a eventos naturais como o ocorrido na Rússia. A razão seria uma maior percepção de risco por parte de governos, que cada vez mais adotam medidas intervencionistas para garantir a segurança alimentar em seus territórios.

LEITÃO DO NATAL

Os supermercados já estão encomendando cortes especiais de carne suína para as festas de fim de ano, o que mantém os preços dos animais em alta. No mercado externo, a valorização cambial reduz a competitividade do suíno brasileiro, segundo Pedro Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs).

PARRILLADA

Os uruguaios vão passar à frente dos argentinos no consumo de carne bovina. Este ano, o uruguaio deve consumir em média 58,2 quilos de carne, contra 56,5 quilos *per capita* no país vizinho. Forte redução da oferta (em razão da seca em 2008 e 2009) e os preços elevados obrigaram o argentino a reduzir a quantidade de bife.

TANQUE CHEIO

O governo aposta na estabilidade dos preços do etanol. Para Manoel Bertone, secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “a disparidade do ciclo passado, com preços muito baixos no período da safra e muito altos na entressafra, não vai se repetir nesta safra”. Até a segunda semana de agosto, o estoque físico de etanol levantado nas unidades produtoras somava 6,5 bilhões de litros, 57,44% a mais do verificado no mesmo período da safra passada (4,1 bilhões).

CUSTOS DA SOJA

Análise divulgada pelo Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea) estima o custo de produção da soja convencional nesta safra em R\$ 1.557,57 por hectare, em Sapezal, e R\$ 1.453,97 por hectare em Sorriso. Em Campo Verde, para plantar um hectare de soja transgênica, o produtor vai desembolsar R\$ 1.563,22.

EXPORTAR O TRIGO

Mesmo com a expectativa de queda na produção desta safra, por conta da seca, as cooperativas paranaenses pretendem exportar trigo, aproveitando a alta dos preços internacionais, conforme anunciou no mês passado a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar).

BOA IDEIA

A ideia atrai principalmente as cooperativas do sul do Paraná, mais próximas do porto e com menor custo de frete. Líder na produção de trigo do País, o Paraná deve colher nesta temporada 3,1 milhões de toneladas, 15% a mais do que na safra passada.

LARANJA MADURA

A seca está prejudicando a qualidade da laranja e também provocando a queda das frutas, segundo informação do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo. Os pomares irrigados, porém, estão propiciando um bom lucro aos citricultores, que conseguem até R\$ 5 a mais por caixa.

PINTA PRETA

A estiagem deixa a fruta murcha nos pomares que não dispõem de irrigação. Além da seca, uma doença fúngica (a pinta preta) também causa prejuízos aos produtores de laranja. Traz danos à aparência das frutas, inviabilizando sua venda *in natura*.



TÚNEL DO TEMPO

“O cenário está complicado para a safra de verão. O período de plantio avança, mas a indefinição e a falta de clareza para traçar qualquer perspectiva tornam o quadro bem nublado. As vendas de insumos sofrem forte baixa, assim com as entregas de tratores e colheitadeiras. O padrão tecnológico do campo vai piorar.”

Agroanalysis, editorial de outubro de 2005



BERINJELA TRANSGÊNICA

Cientistas das Filipinas desenvolveram uma berinjela transgênica com resistência à broca do fruto, uma das principais pragas da planta. O gene que confere resistência à nova variedade foi extraído da bactéria *Bacillus thuringiensis*. A praga causa perdas de até 70% à cultura.

NOVO PORTO

Inaugurado em junho, o Terminal Portuário de Cotegipe, do grupo ceareense M. Dias Branco, ajudou a escoar parte da produção de grãos do oeste baiano. Este ano, deve embarcar 2,6 milhões de toneladas. O TPC foi construído para atender às demandas de trigo do Moinho Aratu, a unidade baiana do M. Dias Branco.

MAIS HIDROVIAS

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou que o Plano Geral de Outorgas deverá ser revisto para incluir estudos sobre a construção de portos em rios. O objetivo é aumentar o uso de hidrovias para o escoamento da produção agrícola, informa Fernando Fialho, diretor-geral da Antaq.

CUSTO MENOR

A troca das rodovias pelas hidrovias pode reduzir o custo do transporte da produção agrícola entre 20% e 30%, além de diminuir em até 68% a emissão de gás carbônico, calcula a Antaq.

NOVE CORREDORES

Os novos portos devem ser instalados em nove corredores hidroviários: rios Tocantins, Madeira, São Francisco, Parnaíba, Paraguai, Tietê-Paraná, Teles Pires-Tapajós, Jacuí e Ibicuí.

TRANSPORTE CARO

Os gastos com frete no setor rural subiram em média 147% no período de 2003 a 2009, ante uma inflação de 48%. Os números são da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). No mesmo período, os custos dos produtores rurais com transporte subiram 16% nos EUA e 35% na Argentina.

FOME NO MUNDO

925 MILHÕES

é o número de pessoas
subnutridas no mundo

Fonte: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

“O consumo brasileiro de café está chegando a 20 milhões de sacas por ano, e as exportações devem passar de 32 milhões. Ou seja, vamos precisar de 52 milhões de sacas nesta safra, mas a colheita não deve render tudo isso”

*EDUARDO CARVALHAES,
corretor em Santos (SP)*

“O primeiro gigante agrícola tropical é o primeiro a desafiar o domínio dos cinco grandes exportadores [EUA, Canadá, Austrália, Argentina e União Europeia]”

*THE ECONOMIST,
revista britânica, em editorial*

“O cenário da gasolina está cada vez mais difícil; um dia o estoque [de petróleo] vai acabar. O mundo precisa do etanol, que é seu substituto”

*HARSHAVARDHAN PATIL,
ministro indiano da Cooperação
do Estado de Maharashtra*

“A falta de infraestrutura nos portos brasileiros está afastando os navios dos portos brasileiros. Os armadores estão cancelando as suas viagens ao Brasil, por causa das precárias condições dos portos. No couro, a perda estimada é de 10% dos embarques”

*WOLFGANG GOERLICH,
presidente do Centro das Indústrias
de Curtumes do Brasil*

“Nosso maior gargalo é a falta de envolvimento político”

*DIRCEU MARTINS COMIRAN,
produtor rural de Mato Grosso,
após visita ao Meio Oeste dos EUA
em setembro*

“Não se pode de forma alguma falar em quebra da safra americana, mas é provável que ela não seja tão grande como mostram os números oficiais”

*FERNANDO MURARO JR.,
analista de mercado da Ag. Rural,
sobre a produção de soja
e milho dos EUA*



NIELS ANDREAS

Não vai faltar etanol durante a entressafra quando as usinas e destilarias ficam paradas”

*ANTÔNIO DE PÁDUA RODRIGUES,
diretor-técnico da União da Indústria
de Cana-de-Açúcar (Unica)*

“É bem provável que nos próximos seis anos veremos que a economia dos Estados Unidos continuará fraca como agora. Não estará em recessão, mas a recuperação será muito lenta”

*PAUL KRUGMAN,
economista norte-americano
e Prêmio Nobel de Economia
em 2008*

Balança comercial

Impacto do setor sucroalcooleiro

Plínio Mario Nastari¹
Guilherme Bardella Aratangy²

APÓS CINCO anos de histórico superavitário, em 2008 o saldo das transações correntes do Brasil passou a ser negativo. De acordo com o Banco Central, em 2010, as transações correntes deverão apresentar um déficit de R\$ 49 bilhões, equivalentes a 2,5% do PIB, e, em 2011, um déficit equivalente a 4% do PIB.

Esta reversão deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- apreciação do real;
- aumento nos níveis de investimento;
- elevação do consumo interno, público e privado; e
- rápida ascensão da economia brasileira concomitante à lenta recuperação dos países desenvolvidos.

Em 2009, o saldo em transações correntes apresentou redução de 274% em relação a 2005. No mesmo período, o saldo da balança comercial apresentou redução de 43%, passando de US\$ 44,7 bilhões para US\$ 25,3 bilhões; o saldo de serviços caiu 132%, a remessa de renda aumentou 30%, enquanto as transferências unilaterais caíram 6%.

Já no primeiro semestre de 2010, o Brasil apresentou a maior corrente de comércio de sua história: as exportações alcançaram US\$ 89,1 bilhões – aumento de 26,5% em relação ao mesmo período de 2009 –, enquanto as importações foram de US\$ 81,3 bilhões – aumento de 43,9% –, resultando em um saldo de US\$ 7,8 bilhões. Vale destacar a importação de bens de capital, matérias-primas e bens intermediários que apresentaram expansão de 26,2% e 45,8%, respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2009. Enquanto

isso, as importações de bens de consumo apresentaram incremento de 49%, impulsionadas fortemente pela elevação das despesas governamentais, que no primeiro trimestre de 2010 cresceram aproximadamente 18% em relação ao primeiro trimestre de 2009.

Analisando as contas nacionais brasileiras, é possível verificar uma importante correlação dos déficits em conta corrente com a taxa de investimento. Dessa forma, pode-se concluir que a poupança externa tem financiado, principalmente, o incremento da produção interna.

Neste contexto, o agronegócio possui um importante papel no saldo positivo da balança comercial. Em 2009, a balança comercial apresentou um superávit de US\$ 24,6 bilhões, sendo o agronegócio responsável por US\$ 54,9 bilhões. Apenas o setor sucroalcooleiro foi responsável por US\$ 9,7 bilhões ou 17,7% do total do saldo do agronegócio e 39,5% do saldo total do Brasil, enquanto os outros setores, em conjunto, apresentaram um déficit de US\$ 30,3 bilhões.

Exportações do setor sucroalcooleiro em 2009

Produto	US\$ milhões	% do saldo agro
Açúcar	8.380,00	15,3
Etanol	1.340,00	2,4
Melaço	7,10	-
Total	9.727,10	17,7

Fonte: Secex

Em termos financeiros, quando considerada a substituição da gasolina pelo etanol avaliada a preços do mercado internacional, as divisas geradas pelo setor sucroalcooleiro ultrapassam US\$ 17,3 bilhões. Não é trivial o impacto da substituição de gasolina pelo etanol ao longo do tempo: entre 1976 e 2009, o etanol usado apenas para fins combustíveis substituiu 298,5 bilhões de litros de gasolina equivalente, ou 1,88 bilhão de barris, equivalentes a 13,9% da reserva provada de petróleo e condensados.

Analisando o agronegócio como um todo e considerando o valor da gasolina substituída pelo etanol, o setor sucroalcooleiro é o maior gerador de divisas para o País, ligeiramente acima, inclusive, do complexo soja, que gerou em 2009 US\$ 17,2 bilhões, e bem acima do complexo carne, que gerou US\$ 11,8 bilhões. Para uma avaliação no tempo, em 1997, o setor sucroalcooleiro gerou US\$ 3,3 bilhões em divisas, em valores nominais, enquanto o complexo soja gerou US\$ 5,6 bilhões. Com a elevação dos preços do açúcar em 2010, associada ao crescimento dos volumes exportados e ao aumento da frota *flex* capaz de usar etanol hidratado, mantém-se a tendência de impacto crescente do setor sucroalcooleiro.

Mais uma vez na história brasileira, a exportação de *commodities*, agrícolas e minerais, tem viabilizado a importação de bens de capital e de intermediários necessários à expansão do produto potencial e à elevação do consumo, tanto privado quanto público, sem gerar desequilíbrios. O setor sucroalcooleiro tem grande importância, tanto pelas exportações que gera, como pelo valor da gasolina substituída. ■

¹ Presidente da Datagro Consultoria

² Associado da Datagro Consultoria

Exportação brasileira de lácteos

Desafios da competitividade

Glauco Rodrigues Carvalho¹
 Alziro Vasconcelos Carneiro²
 Clesiane de Oliveira³

A PÓS CINCO anos de superávit na balança comercial de lácteos, o Brasil voltou a apresentar déficit em 2009 e 2010. O fato é que o País não está conseguindo exportar leite, considerando o cenário de preços internacionais, a demanda mundial e a taxa de câmbio.

Em 2007 o que se via era o preço internacional em patamar elevado, demanda global aquecida, oferta se recuperando e a cadeia produtiva do leite em crescimento. As exportações brasileiras de lácteos seguiam batendo recorde, mês após mês, até atingir em 2008 um valor total de US\$ 541 milhões. Tudo isso, com uma taxa de câmbio média de R\$ 1,83, ou seja, próxima ao atual patamar. A diferença fundamental estava na demanda e no preço internacional, que registrou tamanha valorização, que foi capaz de cobrir as dificuldades geradas pela valorização cambial. Em 2009, as cotações recuaram, e o cenário de superávit se inverteu.

A discussão interna passou então para a competitividade brasileira.

Tamanho do mercado interno

Apesar do potencial do mercado interno brasileiro, o consumo *per capita* de lácteos ainda é baixo para o padrão de países mais desenvolvidos. O pilar de competitividade relacionado ao tamanho do mercado está justamente em conseguir escala de produção no produto que se pretende exportar. Ou seja, é importante ter fábricas grandes para leite em pó, leite condensado etc.

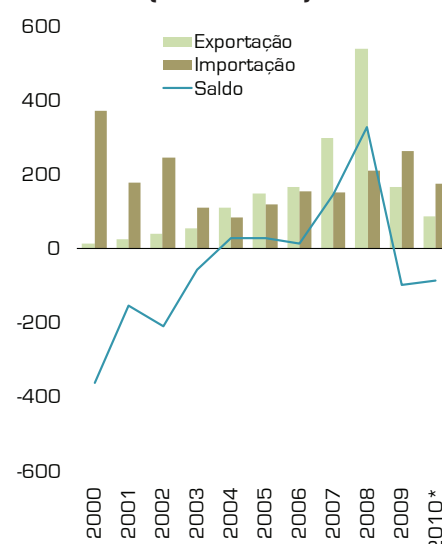
No País, encontramos fábricas com capacidade de processamento de um milhão de litros/dia. No entanto, há

unidades operando com o processamento inferior a 500 mil litros/dia. Para avançar na exportação de *commodities*, torna-se fundamental aumentar a escala de produção, já que a rentabilidade unitária desse tipo de produto em geral é baixa. Isso indica que o processo de concentração que vem ocorrendo no Brasil deverá continuar, já que a indústria de lácteos brasileira ainda é fragmentada em relação ao padrão internacional.

Custos de produção

O baixo custo de matéria-prima, leite cru, é fundamental para a competitividade

Brasil: balança comercial de leite e derivados (US\$ milhões)



Fonte: MDIC. *Total de janeiro a julho.

internacional dos lácteos brasileiros. É importante ressaltar que o setor agrícola brasileiro e os segmentos exportadores,

em particular, vêm sofrendo muito com a valorização do real. Entre janeiro de 2005 e julho de 2010, o real valorizou 34% frente ao dólar. Ou seja, 1/3 da receita de exportação desapareceu no câmbio.

Sabe-se que para a fabricação de leite em pó cerca de 80% do valor gasto referem-se ao custo da matéria-prima. Portanto, conseguir leite a preços baixos é fundamental para viabilizar a exportação de leite em pó. Historicamente, o Brasil figura entre países de baixo custo de produção de leite. No entanto, nos últimos três anos, o País perdeu participação relativa no cenário mundial, ficando atrás da Argentina, do Chile, da Nova Zelândia, Austrália, Índia, entre outros. Uma parte desse desempenho se deve ao efeito câmbio. Por outro lado, verifica-se uma melhoria muito lenta no uso apropriado dos fatores de produção, como terra e mão de obra. Ou seja, a eficiência produtiva está baixa.

Em levantamentos realizados em diferentes mesorregiões dos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, verificaram-se disparidades elevadas nos custos e no baixo desempenho técnico nas fazendas de leite. Também ficou evidente a diferença de produtividade média por vaca/dia de lactação, resultado do diferencial tecnológico empregado nos sistemas de produção, mesmo em nível regional. Vale ressaltar que a média de produção por vaca/dia na grande maioria das fazendas está aquém de dez litros. É justamente esta variável que deverá proporcionar competitividade no longo prazo, ou seja, é fundamental o

incremento de produtividade em todos os fatores de produção.

O Brasil possui características ímpares para a produção de leite, mas a eficiência pode ser melhorada. Alguns dos principais exportadores de leite em pó, como Nova Zelândia, Argentina e Austrália, optaram por sistemas a pasto e elevada escala de produção. Isso é perfeitamente possível no Brasil, e, além disso, temos uma grande vantagem comparativa adicional, referente à oferta de alimento concentrado. Isso coloca o País em uma condição muito favorável, com sistemas de produção flexíveis.

Padrões sanitários e ambientais

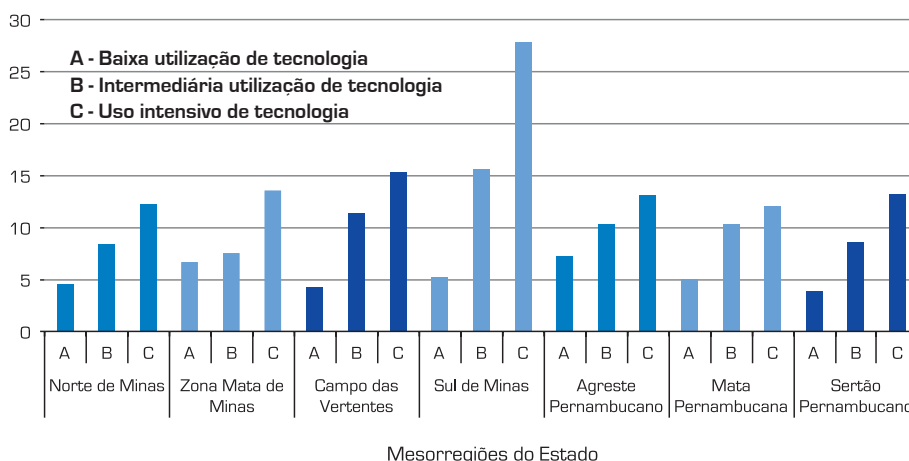
A pecuária brasileira (carne e leite) é acusada de inúmeras falhas. Sabe-se que algumas acusações procedem, mas inúmeras outras são infundadas. A questão importante é criar padrões que gerem confiança nos clientes. É importante salientar que no mundo atual a velocidade de circulação da informação é muito alta, e qualquer escândalo rapidamente se espalha.

O leite é considerado um dos alimentos mais puros e saudáveis. Nem sempre, porém, esta é a imagem repassada ao grande público. O último escândalo mais robusto vivenciado pelo setor ocorreu no fim de 2007: operação Ouro Branco. Na ocasião, a imagem do produto brasileiro foi prejudicada em função da adição de substâncias não permitidas ao leite, tornando-o impróprio para o consumo humano. É fundamental atuar na melhoria da qualidade do leite, da fazenda ao consumidor.

Ainda nas questões sanitárias, não se pode esquecer que até hoje existem problemas com febre aftosa, tuberculose e brucelose. A febre aftosa chegou ao Brasil por volta do ano de 1870. Ou seja, já se passaram 140 anos do primeiro caso, e o País ainda não conseguiu se estabelecer como livre de febre aftosa sem vacinação.

Por fim, no caso do meio ambiente, existe muita informação imprecisa, muito lobby e terrorismo. Mas uma coisa é certa: a agricultura brasileira não está conseguindo mostrar à

Produtividade média por vaca em lactação em diferentes sistemas de produção e região (litros/vaca/dia)



Fonte: Banco de dados Embrapa Gado de Leite

sociedade (nacional e internacional) sua importância, bem como seus desafios, problemas e méritos. Criou-se um estigma de que se é do setor agrícola é extrativista, é ruim e causa danos ao meio ambiente. A realidade de boa parte da agricultura nacional é bem diferente. O setor agrícola produz, alimenta, mantém o homem no campo e reduz a pressão de migração para os grandes centros urbanos. É só observar os números do agronegócio brasileiro para ver sua importância na geração de emprego, no produto interno bruto e nas exportações.

Além disso, existem diferenciais a serem mostrados. No caso da pecuária de leite (e mesmo na de corte), os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta é um exemplo em busca de sustentabilidade, com possibilidade de agregação de renda, diversificação de risco, redução no uso de terra, no sequestro de carbono etc.

Abertura de mercado e promoção comercial

Por último, na questão de abertura de mercado e promoção comercial, o trabalho a ser feito também é longo. Atualmente, na cadeia produtiva do leite, essa tarefa está sendo realizada principalmente, por ações individuais, das próprias empresas, sem uma atuação

coletiva. Como as ações são pontuais, o seu efeito também é limitado e ocorre sempre visando ao curto prazo. É interessante aproveitar os projetos da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), buscando promoção da imagem por meio de feiras internacionais, missões especiais e outros eventos que salientam os principais atributos dos produtos lácteos brasileiros.

É necessário delinear estratégias para a cadeia como um todo, pensando, inclusive, na criação de uma marca para o País. No site da Apex encontram-se inúmeros projetos para carnes, açúcar e álcool, biscoito, café etc., mas nada para o leite. Será que não seria a hora de criar a *Brazilian Dairy*? E a criação de uma associação brasileira dos exportadores de leite e derivados, como ocorre nos setores de carnes, café e açúcar. É preciso avançar na promoção da imagem do leite brasileiro, fortalecer a presença do País nos fóruns internacionais alimentares e alcançar o objetivo de ser um grande exportador de lácteos. ■

1 Pesquisador da Embrapa Gado de Leite - glauco@cnpgl.embrapa.br

2 Analista da Embrapa Gado de Leite - alziro@cnpgl.embrapa.br

3 Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Instituto Vianna Júnior

Agronegócio brasileiro

O modelo de sucesso

A REVISTA *The Economist* publicou no dia 26 de agosto um conjunto de reportagens sobre o desenvolvimento e o atual estágio do agronegócio brasileiro. Muitos dos números e das informações apresentados pela reportagem já são amplamente conhecidos por todos que trabalham aqui no Brasil nesse setor. No entanto, é interessante analisar como o agronegócio brasileiro é visto pelos estrangeiros.

Pelas linhas da reportagem, é notável a surpresa causada pelos avanços obtidos pelo agronegócio nacional. Alguns números são citados, entre eles:

- De 1996 a 2006, o valor total da produção agrícola nacional passou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, aumento de cerca de 365%;
- O Brasil elevou suas exportações de carne bovina em dez vezes ao longo da década, superando a Austrália

como o maior exportador mundial. O seu rebanho bovino é o segundo maior do globo, atrás apenas da Índia;

- É também o maior exportador mundial de aves, cana e etanol;
- Desde 1990, a sua produção de soja cresceu de 15 milhões de toneladas para 60 milhões.

Outro ponto muito mencionado pela reportagem é que o Brasil atingiu essas marcas com reduzida ajuda de subsídios. Os números da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sustentam esta afirmação: entre 2005 e 2007, enquanto os subsídios representaram 12% da renda rural nos Estados Unidos, 29% na União Europeia e 26% na média dos países da OCDE, no Brasil essa proporção chega, no máximo, a 5,7%.

Além da reduzida participação dos subsídios, a reportagem também ressalta que o País realizou tais avanços sem desmatar a Amazônia. No entanto, a revista

O papel da Embrapa na revolução da agricultura brasileira

De acordo com a *The Economist*, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – criada em 1973 –, é um dos principais responsáveis pela grande transformação observada na agricultura nacional. Entre as principais contribuições da Embrapa, a revista destaca:

Correcção da acidez do solo: aplicação de calcário para corrigir problemas de acidez do solo, principalmente no Cerrado;

Fixação de nitrogênio em leguminosas: novas variedades de *rhizobium*, uma bactéria que ajuda a fixar nitrogênio no solo em leguminosas e que trabalha especialmente bem em solos do Cerrado, reduzindo, portanto, a necessidade de fertilizantes;

Variedade de gramínea mais produtiva: por meio de cruzamentos a partir da gramínea *brachiaria*, de origem africana, foi desenvolvida uma variedade, *brachia-*

rinha, que produz de 20 a 25 toneladas de massa por hectare, muitas vezes acima da produção de uma grama nativa do Cerrado e três vezes superior à produtividade africana;

Soja como cultura tropical: a soja é um grão nativo do nordeste asiático (Japão, Coreia e a China), ou seja, de regiões com clima temperado, sensível às mudanças climáticas e que exige quatro estações climáticas distintas. Por meio de cruzamentos genéticos, a Embrapa desenvolveu uma variedade que cresce em clima tropical;

Soja de ciclos curtos: a Embrapa criou também variedades de sementes de soja tolerantes aos solos ácidos – mesmo depois de vasta aplicação de calcário, os cerrados continuam com solo ácido. Estas variedades aumentaram a velocidade de crescimento das plantas, agora com um ciclo de vida mais curto, de oito a doze semanas, que as variedades convencionais. Com isso, tornaram-se possíveis dois cultivos de plantas por ano, o que revolucionou os sistemas de produ-

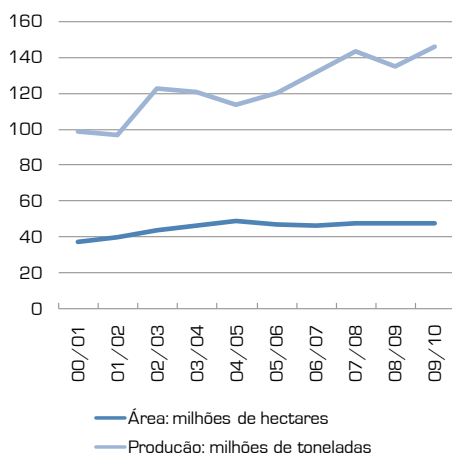
ção das fazendas;

O plantio direto: por meio desta técnica, o solo não é revolvido, mas preparado sequencialmente entre o plantio e a colheita. As plantas, deixadas para decomposição, formam uma camada de material orgânico. Na próxima safra a semeadura é direta, permitindo maior retenção de nutrientes no solo;

Integração lavoura, pecuária e floresta: neste esquema de integração, os campos são usados alternativamente para culturas e pastagens. Uma fileira de árvores também é plantada entre os campos, onde o gado pode apascentar. Tal integração pode ser uma interessante estratégia para recuperar as terras com pastagens degradadas.

Enfim, após ter dedicado anos para aumentar a produção e a área plantada e de ter sido decisiva para revolucionar o agronegócio nacional, a Embrapa agora toma o rumo no sentido de intensificar o uso da terra e fazer a rotação de pastagens e das áreas plantadas e, mais importante, sem derrubar as florestas.

Brasil: produção de cereais e oleaginosas



Fonte: Mapa

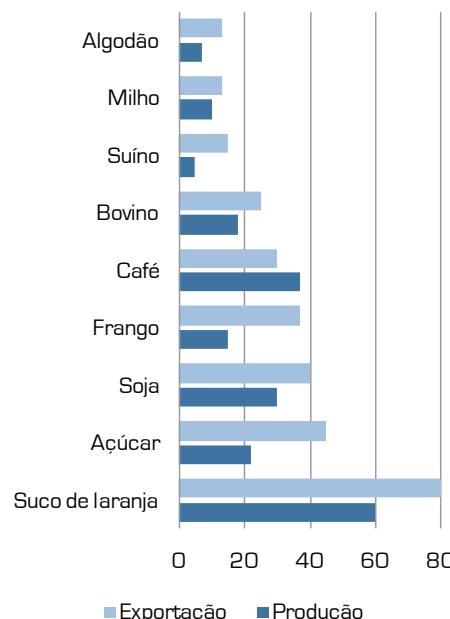
deixa claro que há, sim, um processo de desmatamento, mas por outras razões. A grande expansão das terras agrícolas no Brasil ocorre a uma grande distância da floresta amazônica.

Quais foram, porém, as causas que permitiram ao Brasil deixar de ser um país importador de alimentos, como ainda era nos anos 60, para se tornar um dos maiores produtores mundiais de bens agropecuários? De acordo com a reportagem, a principal razão foi a estratégia nacional de aumentar sua produção doméstica por meio de investimentos em pesquisas científicas. Provavelmente, a crise fiscal do Estado não permitia que muitos recursos fossem utilizados em subsídios e, portanto, a saída foi investir em pesquisa e desenvolvimento – que sai mais em conta que os primeiros.

Dessa forma, ao invés de proteger seus produtores da competição internacional, como muitas partes do mundo fizeram, e ainda fazem, o Brasil se abriu ao comércio e deixou aqueles produtores ineficientes saírem do jogo. Resultado: após quatro décadas, o Brasil se tornou o primeiro gigante na agricultura tropical e o primeiro a desafiar o domínio dos cinco maiores exportadores mundiais (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e União Europeia).

É importante reconhecer que o Brasil conta somente com investimentos em pesquisa e incorporação de tecnologia.

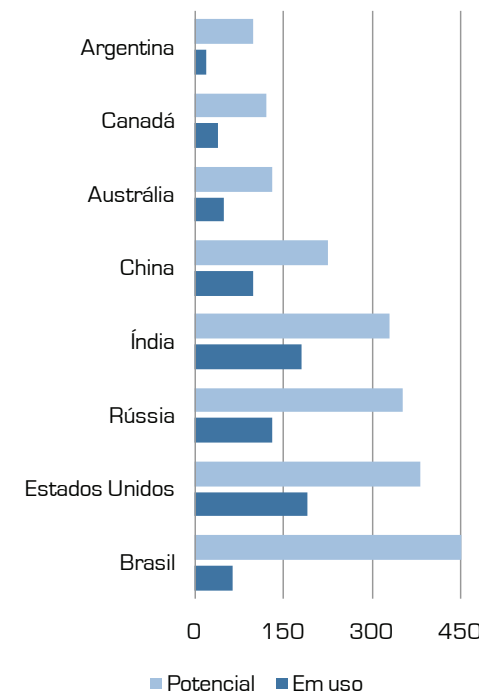
Brasil: participação mundial em 2009 (%)



Fonte: Usda

O País apresenta condições naturais largamente favoráveis e pouco encontradas em outras regiões do planeta: a abundância de terra e de água. Por exemplo, as dimensões das fazendas brasileiras são muitas vezes maiores que as das norte-americanas. Com isso, os produtores

Disponibilidade de terra para agricultura (milhões de hectares)



Fonte: Fao

compram insumos e vendem as colheitas em grandes quantidades, permitindo obter ganhos de escala.

A reportagem destaca que, desde 1996, os agricultores brasileiros aumentaram

Desafios para transferir tecnologia agrícola para a África

O sucesso do agronegócio brasileiro é tomado como exemplo de como países pobres podem aumentar sua produção agrícola e, desta forma, intensificar o desenvolvimento das suas economias domésticas, porém, o milagre do Cerrado brasileiro pode ser exportado, especialmente para a África, onde a boa intenção dos especialistas estrangeiros frequentemente submerge e morre? Há várias razões para pensar que isso pode ser feito, mas, de acordo com a *The Economist*, os desafios são grandes:

As terras brasileiras são como as africanas: tropicais e fracas em nutrientes. A grande diferença está no fato de que o Cerrado recebe uma quantidade de chuva razoável, enquanto nas savanas africanas isso não ocorre;

O Brasil importou algumas de suas matérias-primas de outros países tropicais. A grama braquiária vinha da África. O gado zebu foi formado basicamente do nelore trazido da Índia. Por meio do conhecimento desenvolvido pela Embrapa, foram drasticamente melhorados. Há grandes incertezas sobre como serão feitos os melhoramentos dessas espécies nos seus países de origem;

A Embrapa, e portanto o Brasil, possui a inteligência e a *expertise* que os outros países africanos simplesmente não possuem.

a área cultivada em um terço, principalmente no Cerrado. Isso é totalmente diferente de outros grandes produtores, cuja quantidade cultivada tem sido pequena, como na Europa, ou cadente. No entanto, apesar de incrementar a produção em dez vezes, a disponibilidade de área cultivada constitui apenas um fator secundário do extraordinário crescimento da nossa agricultura. De acordo com a revista, a principal responsável pelo sucesso do agronegócio tem nome: Embrapa.

Diante desse quadro, o Brasil passa a sustentar as esperanças de que será possível produzir bens agropecuários para atender à futura demanda mundial por alimentos. De acordo com projeções da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), até 2050, a população mundial deverá crescer dos atuais sete bilhões para nove bilhões.

Sua renda provavelmente dobrará, com o aumento da população urbana. As dietas terão maior consumo de carnes. Para atender a essa demanda, a FAO calcula que a produção de grãos terá que crescer 50% e a de carnes precisará dobrar.

Esse não é um desafio trivial, pois os produtores de alimentos dos próximos 40 anos deverão, além de atender a esta demanda, apresentar as seguintes características:

- Capacidade para ampliar significativamente e de forma ambiental e socialmente sustentável a produção atual;
- Possuírem terra e água em abundância;
- Condições para criar grandes rebanhos bovinos, mesmo que não da forma mais eficiente possível, mas capazes de melhorá-los;
- Serem produtivos sem os massivos subsídios agrícolas.

O Brasil é um dos únicos países que apresentam plenas condições para atender a todas essas características. De acordo com a FAO, o País tem um potencial agrícola de 400 milhões de hectares e, atualmente, apenas 50 milhões são utilizados. Isso significa que o Brasil tem mais terras poupadas do que a Rússia e os Estados Unidos juntos.

Por fim, um último ponto que merece destaque do modelo de produção agropecuária nacional é que ele pode ser transferido para países mais pobres da África e da Ásia. Apesar de algumas características edafo-climáticas semelhantes, há, porém, um amplo conjunto de razões pelas quais a adaptação deste modelo pode não ser uma tarefa fácil. Entre as razões, é importante destacar que o sucesso brasileiro ocorreu quando o clima era relativamente estável, sem as incertezas no horizonte atual. ■

www.brasilcooperativo.coop.br

Seminário Tendências do Agronegócio

Cenários para 2011: câmbio, commodities,
política econômica e política agrícola.

19/10/2010

Sede da Ocepar
Curitiba, PR

Promovido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o **Seminário Tendências do Agronegócio** tem o objetivo de discutir estratégias para fortalecer a atuação das cooperativas neste setor.

O evento é destinado a presidentes, diretores, coordenadores e técnicos das organizações das cooperativas estaduais, de cooperativas agropecuárias e de instituições parceiras ligadas ao segmento.

Acesse www.brasilcooperativo.coop.br e inscreva-se gratuitamente.

Outras informações:

(61) 3217 2128 | gerencia.mercado@ocb.coop.br

Realização:



Organização das Cooperativas Brasileiras

Apoio:



**Sistema
Ocepar**

Fecoop Ocepar Sescop/PR

Governança na cadeia produtiva da cafeicultura



Conselho Nacional do Café



Associação Brasileira
ABIC
da Indústria de Café



QualidadeCertificada



Gilson Ximenes

Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Choque de gestão na cafeicultura

A luta dos últimos anos do Conselho Nacional do Café (CNC), entidade representativa dos produtores de café do Brasil, por um novo arranjo do endividamento dos cafeicultores começa, finalmente, a ser entendida por lideranças e autoridades do poder público dentro de um novo marco. Há anos, insistimos que a mera prorrogação de débitos de curto prazo, apesar de aliviar a pressão de caixa do produtor, não era a correta vertente de política agrícola capaz de sanear o problema.

A origem do endividamento do produtor de café do Brasil decorre de uma remuneração abaixo do custo de produção. O produtor fica sem a necessária geração de caixa para manter a condução adequada das lavouras e cumprir as obrigações junto aos bancos.

A opção de privilegiar a lavoura em detrimento ao cumprimento dos pagamentos de financiamentos foi uma extraordinária e acertada medida dos responsáveis pela política cafeeira nos últimos vinte anos. Foi por isso que o Brasil conseguiu ampliar a sua produtividade e a produção, justamente quando a demanda mundial de café não podia passar sem o produto nacional.



Todos os chamados fundamentos do mercado mundial de café, cujo valor supera a marca de U\$ 70 bilhões, comprovam que a modernização da produção brasileira empreendida pelos cafeicultores ocorreu no momento correto e na medida adequada. O Brasil responde por 32% das transações internacionais, em que o país vice-líder, o Vietnã, participa com somente 12%, e a Colômbia, em terceiro lugar, com 10%. Os 46% restantes estão espalhados por mais de 50 países produtores.

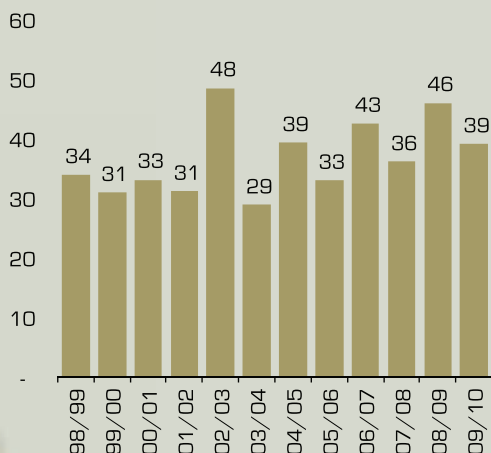
O alinhamento concomitante de condições favoráveis do mercado mundial e do Brasil nos leva, obrigatoriamente, à questão do endividamento setorial. Com a tendência de o mercado operar com preços acima do custo de produção, gerando caixa ao produtor brasileiro de café, não cabe, em tese, a adoção de medidas de prorrogação de pagamento.

Essa afirmativa faz todo o sentido se o cronograma das amortizações for ajustado de acordo com a geração de caixa do produtor. Mas não podemos considerar que com uma margem de lucro de 5%, por exemplo, o produtor possa quitar os financiamentos antigos em valores desproporcionais a sua geração de caixa.

Devemos lembrar que o cafeicultor brasileiro é eminentemente um agricultor, cuja renda é uma só: o café. A sua referência para o negócio é o tamanho da produção. É assim nas compras de defensivos, implementos agrícolas, fertilizantes. A moeda de troca é a saca de café.

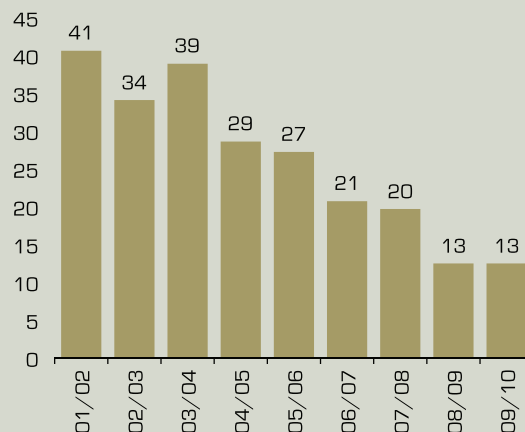
Apresentamos, em diversas instâncias do sistema financeiro e ao governo, a visão de que a renegociação do endividamento do setor passa pela transformação do passivo financeiro para ativo comercial. A consolidação do endividamento setorial em cima de um cronograma de amortizações compatível com a geração de caixa do cafeicultor é o primeiro passo. As sucessivas prorrogações de débitos no passado geraram acúmulo de vencimentos desvinculados da real capacidade de amortização.

Brasil: produção de café (milhões de sacas)



Fonte: Conab

Brasil: estoque inicial de café (milhões de sacas)



Fonte: Conab



ENTREVISTA

Capitalização do Funcafé

Os fundamentos de mercado são extremamente favoráveis aos países produtores. É possível a construção de um modelo de comercialização diferente?

Os fundamentos do mercado mundial do café e a posição do Brasil nunca estiveram com a configuração tão positiva como no presente. Se o País tiver a criatividade e a coragem necessárias, poderá empreender, à cafeicultura nacional, uma evolução significativa em todos os campos, passando pela elaboração de uma política de renda ao produtor e pelo desenvolvimento de produtos industrializados para distribuição no mercado mundial de café torrado e solúvel. As oportunidades são imensas.

O que está travando a modernização da política brasileira para o café?

O Brasil internalizou todos os conflitos e ameaças que, no passado, vinham do mercado mundial e de outros países produtores. Naquela ocasião, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) representava os interesses do Brasil e de todos os segmentos da cafeicultura. Com a sua extinção e a retirada, de fato, do governo na gestão por resultado do setor, a agenda ficou em mãos do setor privado.

Nos últimos anos, essa agenda foi dominada pelas dificuldades do setor produtor em administrar a modernização do parque cafeeiro mediante a elevação da produtividade por hectare, em meio às práticas de preços, para o produto, extremamente debilitadas. A prorrogação dos serviços das amortizações do endividamento setorial acabou por auxiliar o produtor a realizar a

A transformação da dívida financeira para mercantil, para amortização em café, é a ação que tem um extraordinário alcance, pois devolve ao produtor de café a condição de normalidade diante do sistema nacional de crédito.

A combinação de um cronograma consolidado e compatível com a geração de caixa do produtor, com o pagamento de seus débitos em café, permitirá que o segmento volte a ter uma evolução normal da sua atividade.

Hoje, a maioria dos cafeicultores lida, permanentemente, com seus agentes de crédito na busca de novas linhas de recursos para pagamento de débitos em vencimento. São reuniões intermináveis para reforço de garantia. O dia a dia é de permanente pressão.

Apesar de o cafeicultor possuir ativos imobilizados superiores a R\$ 60 bilhões, se considerar somente o valor do hectare de terra formada com cafezal, além de uma receita anual média de R\$ 8 bilhões, o seu endividamento de R\$ 6 bilhões estrangula a atividade.

É patente que a política de café do Brasil precisa de um choque de gestão!

Para isso, o CNC inicia os trabalhos com a abertura de espaço a todos os segmentos da cadeia produtiva do café e, para isso, fez da *Agroanalysis* a sua plataforma. Enviamos um questionário-padrão aos representantes do setor, à Frente Parlamentar do Café e ao Departamento do Café do Ministério da Agricultura. Todos poderão expor as suas atividades e ideias a respeito desse choque proposto. Isso nos permitirá elucidar, diretamente, o desejado por todos. Boa leitura!

Obs.: Em função de suas atribuídas agendas, não foram possíveis as participações do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé) e do Departamento do Café, da Secretaria de Produção e Agroenergia, do Mapa, os quais agradeceram o convite.

modernização do parque, mas também serviu para o acúmulo do volume e do cronograma de amortizações da dívida. Essa questão tem de ser resolvida de forma exemplar, realística, e em linha com a capacidade efetiva de pagamento do segmento.

A solução do endividamento tem como alicerce básico a modernização da política brasileira para o setor produtor, o que vai impulsionar a evolução de ações junto aos demais segmentos da cadeia cafeeira, particularmente no que se refere à internacionalização de produtos industrializados pelo Brasil.

Em que áreas o governo ainda tem um papel a desempenhar?

A presença do governo na área do café ainda é fundamental, e por várias razões. A primeira é o fato de o café ter uma produção extremamente dispersa, com a presença de 300 mil produtores, com média, por propriedade, abaixo de 170 sacas, significando renda anual da ordem de R\$ 40 mil.

Pelos canais de distribuição, ou comercialização, o setor lida com estruturas extremamente oligopolizadas. Na área do consumo interno, não temos mais do que cinco empresas dominando mais de 50% do mercado, o que se repete na área internacional. No canal de escoamento do café verde, na exportação do produto, temos dez empresas exportadoras respondendo por cerca de 65% do volume exportado, sendo mais da metade delas representantes no Brasil de grandes casas comerciais estrangeiras.

Por último, é importante ressaltar que o governo ainda tem papel destacado na orientação de crédito e recursos para o desenvolvimento de diversos programas. O sistema privado de crédito, nacional e internacional, ainda tem baixíssima presença no setor cafeeiro, excluindo o segmento exportador de café

verde, que sempre atraiu financiamentos em função do rápido giro da atividade.

A ampliação da produção brasileira de café ocorreu por substantiva elevação de produtividade. A cafeicultura ocupa a mesma área há mais de 30 anos. Em meio a sucessivas prorrogações dos financiamentos, o produtor conseguiu modernizar as suas lavouras. O problema está na alta concentração de vencimentos. A renegociação das dívidas para pagamento em período compatível com a realidade do setor seria a medida para alinhar os débitos com a capacidade efetiva de pagamento?

Sem dúvida. A renegociação do endividamento do cafeicultor dentro destas premissas é de simples bom senso e faz parte da viabilidade de qualquer negócio. Se um segmento ou setor está com a sua relação faturamento/rentabilidade *versus* endividamento com uma formatação inconsistente, não há solução que não passe pela reconciliação da capacidade de pagamento *versus* cronograma de amortizações. Esta questão é objetiva e de fácil mensuração. Sua efetiva solução terá efeitos multiplicadores sobre a capacidade do produtor em gerir sua atividade e sua lavoura.

Quanto ao endividamento do produtor, a persistir a presente inércia governamental, não se estará adiando uma substantiva crise, a qual poderá, inclusive, ter repercussão sobre o volume da produção brasileira de café?

A interlocução com o governo, ainda que este sempre demonstre boa vontade e interesse, vem sendo cada vez mais difícil no que diz respeito ao enfrentamento de matérias desta envergadura. Como o ano é de transição, de eleições, este governo parece ter deixado, para o próximo, a solução de algumas matérias. Foi o caso com o endividamento. Temos mantido contatos com alguns dos candidatos a presidente, e em todos esses contatos as indicações são positivas quanto à matéria e mesmo quanto a uma política cafeeira mais dinâmica para o Brasil.

Nos contatos com as autoridades e no espaço da campanha eleitoral, vem surgindo algum posicionamento diferente quanto ao tema do endividamento?

Como dito anteriormente, os candidatos vêm demonstrando interesses e propostas que podem solucionar os problemas da cafeicultura brasileira, apresentando, dentro de seus programas, políticas que estruturam uma sustentabilidade nos aspectos ambiental, social e econômico.

Por que o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) não desenhou ou desenha uma estratégia na direção da solução do endividamento e de uma nova política de comercialização?

O CDPC passa por um de seus piores períodos desde sua criação, com uma intensa disparidade de ideias entre seus mem-





bros, a qual veta o melhor fluir das propostas. Uma solução para isso seria a aproximação dos interesses dos membros do Conselho, de forma que se viabilize a implantação de propostas que auxiliem o desenvolver de toda a cadeia do agronegócio café.

Enquanto outros países exportadores de café verde ampliam sua fatia nos segmentos de cafés especiais, o Brasil possui presença apenas residual. Isso pode ser mudado?

Infelizmente, a participação é realmente residual. O que notamos, porém, é uma movimentação no sentido de ampliar as representatividades das regiões que trabalham com a produção de cafés especiais, de forma que o Brasil se concretize como uma origem fiel desse tipo de café diferenciado.

O que falta ao segmento para se desenvolver nesta direção?

Essa consolidação citada deve englobar a divulgação de estatísticas confiáveis, pois o nicho de especiais é carente nesse sentido, não havendo sequer levantamentos sobre a produção e, principalmente, a consolidação de um volume de produção, uma vez que de nada adianta o Brasil iniciar a comercialização com compradores internacionais e não dar sequência nos anos subsequentes. A implantação de medidas nesse sentido também vai ao encontro dos interesses brasileiros no intuito de inserir nossos cafés especiais no contrato "C" da Bolsa de Nova York.

Como o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) pode ser instrumento relevante para este propósito?

Sem dúvida, o Funcafé pode ser relevante nesse sentido, mas, para isso, o Fundo necessita de uma reestruturação, com o setor, junto ao governo, determinando parâmetros gerenciais dos recursos, os quais estejam inseridos em conceitos além dos atuais trabalhados pelo Funcafé.

Como apoiar e fazer a capitalização do Fundo?

Esta é uma questão que vem sendo colocada de forma recorrente no setor, e quero respondê-la com clareza. Antes de apoiar ou não a capitalização de um fundo, é importante vermos a sua arquitetura e as leis, digamos assim, que regem seu funcionamento. O Funcafé, na prática, é um fundo subordinado a normas de aplicação dos recursos do Tesouro Nacional e, portanto, tem sua atividade restrita a estes parâmetros. Por outro lado, o agente de repasse destes recursos é o sistema de crédito privado, que assume o risco da operação. Portanto, os recursos do Funcafé estão subordinados às normas do Tesouro e aos ritos e às normas de aplicação de repasse de recursos públicos pelo sistema privado, que assume o risco. Como podemos ver, ainda que o Funcafé cumpra importante papel, a renovação da capitalização desse fundo não pode ser matéria de interesse do setor produtor dentro deste contexto. O setor precisa de parâmetros gerenciais de recursos dentro de um novo conceito e com finalidades mais amplas que as que o Funcafé pode executar. Esta discussão precede à simples capitalização do Funcafé.

O CDPC, com sua atual estrutura e regimento, tem capacidade de formular e administrar uma política cafeeira dinâmica ou deve ser reformulado para cumprir uma função de natureza mais operacional?

Atualmente, o *modus operandi* deste fórum não tem permitido a formulação de políticas cafeeiras que agradem a todo o setor cafeeiro nacional. Não vejo a substituição do CDPC como solução, mas volto a defender a reformulação, principalmente a de conceitos, de maneira que o órgão passe a determinar linhas gerenciais que possibilitem a fluência dos recursos disponíveis com foco nas sustentabilidades econômica, social e ambiental de toda a cadeia café do Brasil.

Carlos Melles

Deputado Federal

Presidente da Frente Parlamentar do Café

Por uma política mineira e brasileira para o café

Em 2006 e em 2009, como presidente da Frente Parlamentar do Café, compareci ao Conselho da Organização Internacional do Café, apresentando algumas preocupações: nas últimas duas décadas, a cooperação multilateral no âmbito da OIC não foi capaz de produzir resultados consistentes quanto à sustentabilidade da produção mundial de café.



Não fossem os aportes substantivos de recursos públicos em apoio à produção, estaríamos hoje mergulhados em um quadro deficitário na produtividade e com os preços do café evoluindo em resposta às tendências especulativas.

Nesse período, o Congresso Brasileiro colocou na pauta das suas discussões a adesão do Brasil ao novo acordo, fundamentado em duas linhas de pensamento: A capacidade do novo acordo em atender aos anseios da cafeicultura brasileira e o grau de prioridade que o Brasil tem dado aos programas de trabalho dessa organização.

O referido acordo, votado e aprovado no dia 18 de agosto de 2010, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, segue para avaliação pela Comissão de Agricultura, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e depois vai ao Plenário da Câmara.

Na ocasião, ressaltai a necessidade de promovermos audiências públicas para ouvir os principais interessados, em especial os produtores de café brasileiro e mundiais, pois, ao persistir o acordo no formato atual, não teremos garantida a necessária sustentabilidade para o setor cafeeiro sob o seu enfoque fundamental, que é a sustentabilidade econômica dos países produtores de café, e dessa forma garantir a sustentabilidade sob os aspectos sociais e ambientais, por entendermos que a sustentabilidade econômica precede o aspecto ambiental e social, tema do discurso que proferi no ano passado na sede da OIC, em Londres.

A nova agenda para o café, em construção no Brasil, além de passar pelo papel da OIC, lida também com o esgotamento da nossa política interna, carente de sólida reestruturação. O fim das cláusulas econômicas da OIC, do contingenciamento do

fluxo de café por parte dos países produtores, criou ampla competição de mercado entre os exportadores de café, comandada pela ocupação do mercado e pela debilidade quanto ao manejo do escoamento da produção agrícola anual e pelos inventários de safras passadas.

No Brasil, empreendemos uma estrita política liberal quanto à comercialização externa de café, com relevância para a comercialização do café brasileiro contra os contratos C da Bolsa de Nova York e a de Londres, e a opção de o exportador registrar vendas externas pelo prazo de 12 meses.

Nos últimos dez anos, a política de comercialização externa do Brasil andou numa direção, enquanto a política interna de fomento à produção de café procurou apoiar o cafeicultor, o que permitiu a exportação em média de 30 milhões de sacas/ano pelo Brasil, chegando em 2010 com uma estimativa de 47,2 milhões de sacas de 60 kg, sendo 36,0 milhões da variedade arábica e 11,2 milhões da conilon, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Como na maioria dos países produtores este exercício de política pública tem sido empreendido com os preços do café praticados abaixo do custo de produção, aqui entendido como aquele que permite a remuneração da atividade produtiva e a permanente reposição das lavouras. A sustentabilidade econômica e social do café só é possível com o cumprimento dessas premissas. A dissonância entre o custo de produção e os preços praticados pelo mercado mundial gerou um expressivo endividamento que contaminou uma grande parcela dos cafeicultores mundiais. E o Brasil tem grande responsabilidade nesse empobrecimento nos demais países produtores, por não liderar as políticas para o setor, o que se espera do maior produtor mundial e do segundo, quase líder, no consumo da bebida.

“O líder mundial de produção precisa liderar também a política mundial do setor”

Tais repercussões poderão ser observadas nos países onde o apoio não foi possível em função da precariedade de fundos ou redes de crédito, com o incremento da pobreza. No âmbito da OIC, a sua missão está claramente descrita nos objetivos e artigos do novo acordo para o café. Contudo, faz-se necessária a vontade política dos governos dos países membros em colocarem em prática o descrito no marco legal permitido pelo acordo.

Por parte dos países importadores de café membros da OIC, não percebemos a menor sinalização quanto à redução efetiva de barreiras. No marco de ações para o desenvolvimento de pro-

missores mercados para o consumo do café, como a China, as iniciativas estão restritas a estudos ou levantamentos para avaliar possíveis programas.

Quanto ao desenvolvimento de mecanismos de ordenamento do fluxo da comercialização de café nos países exportadores, o tema não tem sido matéria de ações no âmbito da Organização.

A lista para o enfrentamento dos problemas é extensa, como são extensos, também, a potencialidade brasileira para o setor cafeeiro e os anseios pelo desempenho e cumprimento pela OIC do seu efetivo papel na organização e cooperação multilateral.

O Brasil precisa reavaliar a sua política para o café.

É importante ainda destacar que os Estados produtores, como o de Minas Gerais, que responde por mais de 50% da produção brasileira, precisam implementar uma política própria para o café, na perspectiva de que a comercialização do produto não seja realizada abaixo do custo de produção e de garantir ao produtor os mecanismos necessários para a definição de um fluxo de vendas compatível com a baixa sazonalidade da demanda interna e externa, o que significa, na prática, recursos para a retenção de café.

A maximização do preço do café é um desafio de sobrevivência para a grande maioria dos produtores mundiais. É importante lembrar que o café tem a moeda americana como referência de preço e que seu valor efetivo não corresponde mais ao poder de compra do passado.

Os preços relativos do café expressos em dólar americano vêm sofrendo uma expressiva depreciação quando comparados aos custos com mão de obra, fertilizantes, aos preços da terra e de outros insumos. A sustentabilidade econômica do café e a desejada prosperidade social nas áreas de produção somente se tornarão realidade quando os preços forem verdadeiramente remuneradores.

O limitado impacto no preço final ao consumidor é consequência da expressiva agregação de valor criada na bebida café. Com o consumo não doméstico de café em crescimento, temos diante de nós uma cadeia que sofreu ampla reformulação na sua relação com o consumidor final.

Na década de 80, o valor recebido pelos produtores sobre o produto final no varejo representava algo como 30%. Hoje, devemos beirar os 15%.

A permanência da colaboração multilateral no âmbito da OIC exige que esta organização tenha a determinação e a cora-

gem política de enfrentar os reais desafios da ordem do dia dos setores que formam a economia cafeeira mundial. O equilíbrio entre produção e consumo é notório. A inexistência de estoques de café em países produtores é matéria de domínio público, e quanto a isso não parece haver controvérsias.

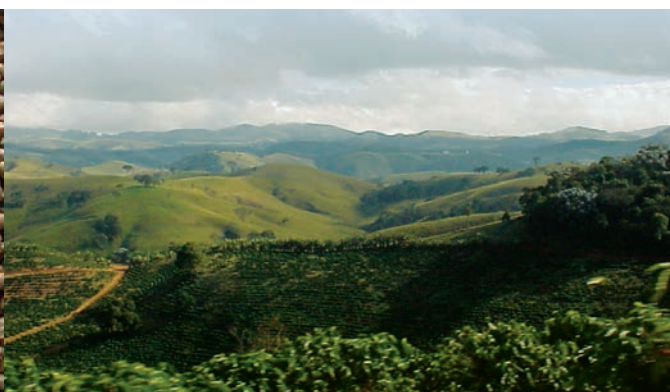
A construção e a estruturação de uma política brasileira e mineira para o café são temas atuais dos principais candidatos ao governo brasileiro e ao governo de Minas Gerais. Vale salientar aqui os principais pontos do documento entregue aos candidatos na eleição de 2010, resumidos em cinco tópicos:

Cinco Tópicos das Políticas Públicas

- 1 **Formação de estoques reguladores (por ser o maior abastecedor mundial e brasileiro, e hoje estamos sem estoque regulador).**
- 2 **Políticas regulatórias que ordenem a oferta (com efeito na comercialização – mercado físico e futuro, recursos para custeio, colheita e estocagem como instrumento para diminuir a volatilidade dos preços).**
- 3 **Preço mínimo de garantia do produto, compatível com a realidade dos custos, com a qualidade e a produtividade por área.**
- 4 **Política de renda e seguro.**
- 5 **Solução do endividamento crônico do setor, compatível com o tempo de vida útil/econômico do cafeeiro: 15 a 20 anos.**

Neste particular, na minha visão, não há como transferir a responsabilidade ao setor privado, pois o elo mais fraco da cadeia, aquele que de fato conta com ampla matriz geradora de renda e capaz de promover a necessária sustentabilidade social, é o da produção de café.

A cadeia da economia cafeeira mundial está integrada e funcionando na direção da evolução dos negócios setoriais, mas ela é incapaz de distribuir de forma justa a renda gerada pelo consumo mundial de café.



ENTREVISTA

Edivaldo Barrancos

Presidente

Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (Abics)

Precisamos mudar a mentalidade para fornecer produto com valor agregado

Sendo o café solúvel o segmento mais dinâmico no crescimento do consumo mundial, por que cai a presença do produto brasileiro?

Na realidade, a queda supera a observada nos nossos volumes de exportação. O pior ainda é o mercado de café solúvel ser abastecido por indústrias instaladas em outros países produtores, com a utilização de cafés de outras origens. Tanto a indústria como o produtor perdem participação no mercado mundial. A grande maioria dessas indústrias instaladas fora do Brasil utiliza cafés de outras origens.

Para a Abics, falta sensibilidade das autoridades e do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). Há um grande desalento quando vemos notícias da instalação de novas indústrias em outras partes do mundo. Da mesma forma, o fechamento de acordos comerciais entre países e blocos produtores e consumidores de café solúvel. Lamentavelmente, nada acontece em nosso país, não obstante os exaustivos esforços para esclarecer os fatos e apresentar propostas e soluções desses problemas.

A tributação europeia sobre a importação deixa o produto brasileiro fora da competição. Quais fatores explicam a baixa dinâmica deste segmento industrial no mercado externo?

Esta afirmação está equivocada. A carga tributária imposta só ao Brasil, de 9% sobre o valor CIF do embarque, é um desastre a qualquer negociação. O absurdo é quando verificamos que esta situação completa seu 21º ano, apesar de termos tido o sistema de quotas, que nos ajudou de 2002 a 2005.

A UE é o maior bloco consumidor e distribuidor de café do mundo. Esta barreira nos impede de competir e causa incalculável prejuízo para o Brasil. O nosso produto é aceito em mais de 120 países para onde exportamos. Existem os períodos da falta de competitividade da matéria-prima brasileira e os problemas com os créditos de impostos sem correção monetária e de de-

morada recuperação. Tudo isso reflete nos volumes quase estáticos das exportações anuais, na média de três milhões de sacas.

Maior comerciante de café solúvel do mundo, o padrão de compra de matéria-prima Nestlé é rigoroso. A Abics pleiteia a liberação do regime de *drawback* para ter acesso à matéria-prima externa mais barata. Esta ação pode melhorar o custo médio de matéria-prima do segmento, mas não é uma contradição com a política da Nestlé?

Cada empresa tem a sua política de compra e qualidade. Quem vende a sua própria marca determina a qualidade do produto oferecido ao consumidor. Isso ocorre com a Nestlé e outras empresas do setor.

Além de exportar com a sua própria marca, a indústria brasileira fornece produtos já embalados na marca do cliente e produtos a granel para os clientes embalearem no destino. Quem decide a qualidade é o cliente/comprador e não a indústria fornecedora.

Sem a pretensão de comprar matéria-prima mais barata, através do *drawback*, a Abics deseja ter a opção de importar com fins específicos de exportação. Quando o conilon brasileiro deixa de ser competitivo no mercado internacional, ou seja, não queremos importar café barato, mas, sim, deixar de pagar caro e com isso perder mercados que são de difícil e demorada recuperação.

“O imposto de importação de café solúvel na Europa existe há 21 anos”



Para ilustrar essa falta de competitividade, basta olhar o quadro dos volumes de conilon, em grãos ou *in natura*, exportados pelo Brasil nos últimos cinco anos. As exportações foram reduzidas e representaram menos de 14% da safra. Isto não é problema para o produtor local, pois o consumo interno e o solúvel se encarregam de absorver toda a produção. Se por um lado tal situação é ótima para os produtores, para os exportadores se torna impraticável competir com fabricantes que utilizam matéria-prima de outras origens.

As pesquisas indicam crescimento no consumo global de solúvel a uma taxa média de 3% ao ano, de 2001 a 2008. Isso significa dizer que tivemos perdas superiores a 2,4 milhões de sacas no período referido. Existem pesquisas que indicam perdas maiores.

O setor precisa é ter acesso à matéria-prima em condições de competitividade. A qualidade que pretendemos importar é a mesma utilizada pela indústria de outros países. Precisamos

manter a qualidade desejada pelo cliente/comprador do café solúvel brasileiro.

Existe a preocupação de a importação causar impacto negativo nos preços internos. O volume anual proposto é de 600.000 sacas, ou seja, 1,2% da safra total do País ou 5% da safra de conilon. Através deste mecanismo aumentaremos a demanda e exportaremos mais.

Apresentamos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) uma proposta de que, a cada volume realizado de importação, o governo compensaria com opção de venda da mesma quantidade para o produtor, em preços compatíveis de modo a não produzir qualquer efeito no mercado.

Quanto à qualidade, a importação não ficará sujeita a decisões pessoais de cada empresa. Como o Mapa regulamenta operação *drawback*, o medo científico ou comercial é totalmente infundado. O Brasil importa todos os dias centenas de produtos rigorosamente controlados pelo Mapa. Um dia, os opositores ao *drawback* acordarão para a importância e os benefícios dessa operação, praticada no mundo inteiro, ou seja, entre nós e o mundo. Alguém está totalmente errado a esse respeito.

A indústria de café solúvel concentra esforços em mercados novos e com taxa de crescimento de consumo alta?

Estamos presentes em todos os mercados possíveis do mundo. O café solúvel brasileiro é reconhecidamente o grande

“A indústria de café solúvel cresce no mundo inteiro, enquanto no Brasil fechamos as fábricas”

iniciador e desbravador de mercados novos. Isso já aconteceu na Inglaterra, no Japão e atualmente nos chamados mercados emergentes ou ex-socialistas.

Neste ano, a dificuldade brasileira é com o custo da matéria-prima. Para a Rússia, a exportação de conilon em grãos foi de apenas 5.253 sacas, enquanto na forma de solúvel atingiu o equivalente a 235.431 sacas. No mercado russo, o fabricante não compra conilon brasileiro por ter acesso a outras origens, enquanto o empacotador (*packers*) adquire nosso produto, em embalagem final ou a granel, certamente em condições de desvantagem (nos períodos de janeiro a agosto de 2008 e 2009, a Rússia não comprou um único saco de conilon brasileiro).

Por que se perde participação em mercados como o da Rússia e do Leste Europeu?

A concorrência é muito grande, com o surgimento de novas fábricas lá e no mundo. Elas se abastecem de matéria-prima

proveniente de fornecedores mais competitivos que o Brasil. Rússia, como país emergente, ainda é o segundo maior comprador do Brasil. A situação atual do conilon brasileiro não permite que os mercados do exterior comprem este produto sob a forma de grãos ou industrializado, o que vale dizer que perdemos realmente participação de mercado, há muito tempo, sem que nada seja feito para estancar esta realidade.

Na Rússia, a presença da Nestlé e de marcas de café colombiano com altos preços não demonstra a fragilidade da indústria brasileira frente à concorrência?

Tanto a Colômbia como a Nestlé são tradicionalmente grandes investidores em publicidade, e o Brasil nada faz nesse sentido, pois os exportadores não têm como suportar tal gasto.

A situação é de risco de fechamento de fábricas?

O Brasil já teve onze indústrias em operação. Atualmente tem sete. Enquanto o mundo aumenta a sua capacidade de produção de café solúvel, nada sensibiliza as autoridades para o fato de que, há 44 anos, não se instala uma nova fábrica no Brasil.

Por que o Brasil continua na situação limitada de ser o maior fornecedor de café verde?

Se não mudar a mentalidade do CDPC, o Brasil continuará como simples fornecedor de matéria-prima para o mundo. Nada vai mudar sem atender aos problemas de todos os segmentos. A Alemanha, grande exportador de valor agregado ao café, se tivesse de enfrentar os obstáculos do industrial brasileiro, certamente não alcançaria nem uma pequena parcela de seu sucesso.

Qual a estratégia para o CDPC tornar o Brasil exportador de produto processado?

Com esses problemas sem solução, o País será um fornecedor residual de produto com valor agregado. A indústria nacional do solúvel está basicamente internacionalizada, com 95 % da sua produção destinados à exportação.

O México anunciou, neste ano, a construção da maior fábrica de café solúvel do mundo. Em alguns momentos, o CDPC se parece muito mais um campo de batalha por objetivos particulares e setoriais do que um colegiado que busca soluções para os vários segmentos da cafeicultura.

Como instrumento relevante, como capitalizar o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)?

Em vista de seus graves problemas, a indústria do solúvel não pode ser favorável a qualquer sistema que signifique desembolso adicional por saca exportada. Contrariamente à situação do café arábica, o Brasil tem pouca influência e participação no mercado internacional de robusta ou conilon. Um aumento de preços através de uma taxa na exportação reverteria em efeito negativo somente para o Brasil.

ENTREVISTA

Almir José da Silva Filho

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic)

Internacionalizar a torrefação e o solúvel

O crescimento do mercado interno brasileiro nos últimos 15 anos vem ocorrendo simultaneamente à instalação, no Brasil, de grupos estrangeiros mediante a aquisição ou a parceria com tradicionais torrefadores nacionais.

Qual é a dimensão da participação de grupos estrangeiros no mercado interno brasileiro?

As empresas internacionais participam com cerca de 46% do mercado interno de café.

Com a concentração do consumo brasileiro de café no Sudeste, esse mercado tem sido o alvo desses grupos?

As empresas internacionais e também as nacionais participam de todos os mercados brasileiros e não somente no Sudeste. O Nordeste e o Centro-Oeste, que são as duas regiões onde mais cresceram o consumo e a renda da população, também têm sido foco de atuação das grandes empresas do setor.

Em que medida a presença de grupos estrangeiros no Brasil irá atrasar ou dificultar a exportação de café processado?

A presença dos grupos estrangeiros não dificulta a exportação do café processado. Pelo contrário, todas as empresas internacionais têm alguma operação bem-sucedida nos mercados estrangeiros. Como exemplo, cito as empresas Sara Lee do Brasil, Segafredo Zanetti e Melitta do Brasil, entre outras, que já são exportadoras regulares de café industrializado em volumes crescentes. Por outro lado, essa exportação pode ser potencializada caso se resolva a questão do *drawback* para o café em grão cru. É possível afirmar que, com a importação de somente 200 mil sacas anuais de café em grão, a exportação brasileira poderia atingir US\$ 200 milhões anuais, contra os US\$ 35 milhões atuais, e, ainda por cima, utilizando mais 500 mil sacas adicionais de café brasileiro.



ABIC/Divulgação



Comenta-se no mercado que o setor torrefador está mergulhado em uma situação de concorrência predatória, com origem em sistemas de compensação fiscal do PIS e da Cofins, de luta por participação de marcas no mercado e até pela forte presença de práticas “informais” de comercialização. Até que ponto essas afirmativas estão corretas e em que grau isso tem fragilizado o setor?

A concorrência agressiva sempre foi uma característica do setor industrial de café, aqui e no resto do mundo. Aqui no Brasil, além da concorrência setorial, o setor sofre com a enorme pressão do varejo supermercadista, que exige, cada vez mais, condições de fornecimento, preços, descontos e promoções que, na prática, retiraram toda a rentabilidade do negócio, especialmente para as empresas médias e menores. Com os preços de prateleira iguais há cinco anos e os custos em alta constante, as indústrias viram o lucro ser anulado e o setor empobrecer. É a mesma situação pela qual passou ou passa a cafeicultura, isto é, custos em alta e preços que não evoluem, resultando em perda de renda. A informalidade não afeta mais o setor, porque os instrumentos fiscais e tributários modernizados – nota eletrônica, Sped etc. – a estão eliminando. A questão do PIS e da Cofins está sendo discutida entre todos os setores com vistas a corrigir os problemas atuais, entre os quais, o mais preocupante é a fraude fiscal, que pode comprometer empresas idôneas que compraram café e pagaram seus tributos, sem conhecer a origem fraudulenta no fornecimento.

A administração do setor cafeeiro, desde a década passada, está a cargo do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), do qual participa a Abic. O Brasil continua sendo um país, por excelência, exportador de café verde. Os setores mais avançados da cadeia, torrefadores e indústria do solúvel, não estão conseguindo internacionalizar as suas atividades, o que traria ao Brasil maior valor agregado.

Por que o Brasil não consegue romper a armadilha de ter uma atuação limitada de ser o maior fornecedor de café verde ao mercado mundial?

A distribuição de café industrializado e com marca é um processo muito lento, extremamente caro e que exige investimentos de longo prazo. Café existe há séculos em centenas de países que já têm suas marcas locais consolidadas, e não é fácil convencer os consumidores a trocarem suas marcas preferidas por uma nova, brasileira. Isso exige qualidade diferenciada, certificação, estratégia, logística, domínio de língua estrangeira, organização de parceiros locais e muito, muito dinheiro, o que normalmente não está disponível para as empresas nacionais que já operam nesses mercados externos ou que pretendam iniciar.

Por que o CDPC não desenhou ou desenha uma estratégia na direção de fazer do Brasil um exportador de produto processado?

As atenções do CDPC sempre foram voltadas, prioritariamente, para as questões da cafeicultura, dívida, do financiamento, das prorrogações etc. Pouco se falou sobre outros temas, como a exportação. A indústria do solúvel, que sempre reclamou de barreiras, falta de *drawback* e outras dificuldades, não viu vontade política para resolver esses problemas. Do lado do torrado e moído, a exportação sempre foi apoiada, desde 2002, pela Apex-Brasil, que, em programa e convenio com a Abic, desenhava as estratégias, executou as ações e iniciativas que permitiram aumentar as exportações em 800%, nos últimos sete anos.

O segmento torrefador brasileiro não conta com as condições para se internacionalizar?

O setor precisa de recursos fartos para procurar oportunidades de associações, *joint ventures* ou aquisições de empresas de café no exterior. Uma proposta com este teor está fazendo parte do novo Projeto Setorial Integrado (PSI), para exportação de café torrado e moído, entre a Abic e a Apex-Brasil, e deverá envolver fontes de financiamento para essas operações. As condições tecnológicas das empresas brasileiras – tecnologia de produção, embalagens, qualidade dos produtos – estão entre as melhores do mundo. Nosso setor não fica devendo nada às empresas estrangeiras.

O que falta ao segmento para se desenvolver nessa direção?

Recursos para *marketing*, financiamentos de longo prazo, mais capacitação de empresas com vistas à exportação. A Abic, no novo programa exportador com a Apex-Brasil, vai criar uma Incubadora de Empresas Exportadoras de Café, para ampliar o número de indústrias exportadoras. Um exemplo desse apoio importante será a divulgação mundial da marca Cafés do Brasil, como patrocinadora da última corrida da Formula Indy nesta temporada, que vai se chamar Cafés do Brasil – Indy 300, que

vai acontecer em Miami no dia 2 de outubro (a entrevista aconteceu no mês de setembro de 2010).

O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) é instrumento relevante para esse propósito? Desempenhando que papel?

O Funcafé é instrumento relevante e tem destinado recursos, pequenos é verdade, para apoiar a promoção de café industrializado brasileiro no exterior. Solúvel e torrado moído têm mantido programas de promoção, degustação, feiras e eventos no exterior, com recursos do Funcafé. Por isso, a marca Cafés do Brasil é muito mais conhecida atualmente no exterior do que há sete ou oito anos.

O segmento apoia a capitalização do Fundo? Por intermédio de que instrumento?

O setor acredita que deve ser discutida, primeiramente, a forma de distribuição dos recursos do Fundo, para dar maior dinamismo e energia ao agronegócio, liquidez tanto na ponta compradora quanto na ponta vendedora, sem o que o café não valorizará.

O CDPC, com a sua atual estrutura e regimento, tem capacidade de formular e administrar uma política cafeeira dinâmica?

A Abic sempre apoiou a existência e o trabalho do CDPC, que, entretanto, foi desmobilizado nos últimos anos. É um organismo essencial para dar dimensão ministerial ao café e para poder formular as mais amplas e corretas políticas para o segmento.

O CDPC deve ser reformulado ou substituído por uma instituição de natureza mais operacional?

A Abic entende que o CDPC deve ser reativado e modernizado, inclusive com a retomada dos trabalhos dos comitês temáticos.



Paulo André Colucci Kawasaki

Assessoria de Imprensa

Conselho Nacional do Café (CNC)

Escassez de suaves

O mercado internacional de futuros do café arábica apresentou uma escalada nos preços, desde 11 de junho deste ano, quando rompeu a barreira dos 140,00 centavos de dólar por libra peso, na Bolsa de Nova York (ICE Futures US), e decolou para quase 200,00 centavos. Os agentes atribuem essa escalada, principalmente, aos fatores fundamentais.

Segundo o analista da Safras & Mercado, Gil Barabach, mesmo o Brasil tendo produzido uma de suas maiores colheitas, a escassez de cafés suaves de outras origens dá sustentabilidade aos preços. “Nas últimas temporadas, o mundo vinha se acostumando a trabalhar com estoque baixo, confiando que a safra brasileira, em constante crescente, viria para solucionar o problema, mas isso acabou este ano”, comenta.

Ele anota que, em 2010, a Colômbia, pela segunda vez consecutiva, colheu pouco mais de oito milhões de sacas de

60 kg, quando, normalmente, produzia entre 11 milhões e 12 milhões de sacas. “Os centro-americanos não têm capacidade para suprir essa ausência, e o Brasil ainda não é uma origem certificada para entrega em Nova York, portanto, passou a faltar cafés suaves no mundo”, explica.

A primeira reação relacionada à escassez partiu dos fundos especuladores, que, prevendo que o mercado iria “squeezar”, entraram atuando na ponta compradora. “Isso fez o preço disparar. E, com esse sinal dos fundos, as indústrias também passaram a comprar, elevando significativamente as cotações, mesmo com a chegada da safra do Brasil”, analisa.

De acordo com Barabach, outro ponto relevante é que a grande safra brasileira, neste ano, servirá para recomposição dos estoques, que estão em níveis historicamente reduzidos. “O mercado teve um choque de realidade desses anos recorrentes de produção abaixo da necessidade”, atesta.

O analista da Safras projeta um cenário ainda mais alarmante envolvendo o equilíbrio entre oferta e demanda. “Qualquer fator climático que afete a produção, considerando que o mundo não tem reservas, gerará um efeito explosivo no mercado, como o ocorrido recentemente”, expõe, mencionando a disparada dos preços, a quase 200,00 centavos, motivada pela estiagem que assola o cinturão produtor brasileiro.

Por outro lado, ele entende que o mercado está “puxado” demais e que correções devem continuar acontecendo. “Foi o que ocorreu quando Nova York caiu dos quase 200,00 para 180,00 centavos. Contudo, se recordarmos dos níveis iniciais dessa disparada — 135,00 centavos —, o mercado ainda sustenta uma boa alta, principalmente considerando que permanecemos em época de entrada da safra do Brasil, fator que geralmente pressiona”, pondera. Ou seja, “há café, há bons preços, e o mercado ainda demonstra firmeza”.

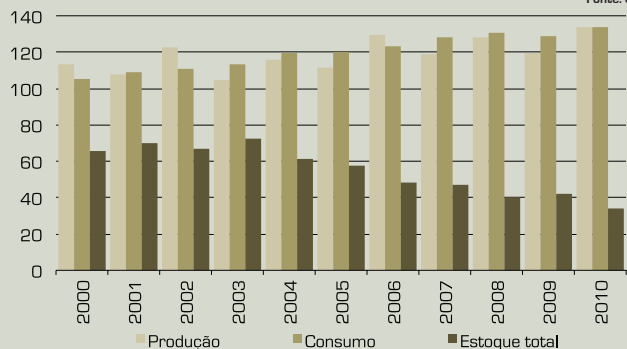
Mercado interno

A turbulência internacional do café foi acompanhada em uma menor proporção no físico brasileiro. “Isso se explica, porque, querendo ou não, a chegada da safra aumentou a oferta e exerceu certa pressão. Além disso, o mercado externo ampliou a procura por cafés melhores. O Cereja Descascado (CD) teve uma subida de preço muito grande, assim como os cafés mais finos, que receberam um repasse maior de preços”, diz Barabach.

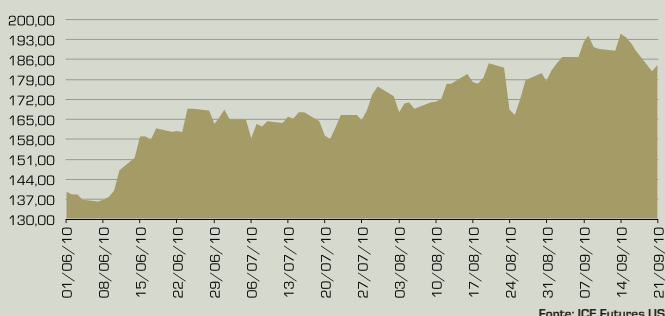
Segundo o analista da Safras, os cafés de bebidas boas também subiram, mas não na mesma proporção. “Como a situação de carência era de produto de qualidade, quem tinha esses cafés recebia um diferencial de preço, que acompanhou o mercado externo. Os compradores atuaram conforme sua necessidade: faltou colombiano suave, encontraram no Cereja Descascado brasileiro parte da solução para essa escassez. Acabou o CD, passaram ao café fino. O fino está difícil, daqui a pouco partem para o *good cup*. E por aí vai”, conclui.

Mundo: evolução anual da produção, consumo e estoques
(milhões de sacas de 60kg)

Fonte: OIC



Evolução diária do contrato dez/10 na ICE Futures US
(US\$ cents libra-peso)



Fonte: ICE Futures US

Seguro Rural

Fundo de Catástrofe e Seguro Rural

Glauco Rodrigues Carvalho¹
Alziro Vasconcelos Carneiro²
Clesiane de Oliveira³

NO BRASIL, as primeiras tentativas de desenvolvimento do seguro rural aconteceram na década de 50 quando a Lei nº 2.168/54:

- Instituiu o seguro agrário destinado à preservação das colheitas e dos rebanhos contra os riscos a que estão sujeitos.
- Montou o Fundo de Estabilidade dos Seguros Agrários para garantir a estabilidade do seguro agrário e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe.
- Autorizou a criação da Companhia Nacional de Seguro Agrícola (CNSA).

No decorrer dos anos, ficou cada vez evidente o fato de a agricultura ser uma atividade de alto risco, sujeita a fenômenos climáticos adversos, impossíveis de ter pleno controle pelos produtores rurais. Com isso, o desenvolvimento de uma política de seguro rural passava a depender basicamente do apoio financeiro do governo para:

- Cobrir parte do custo das apólices rurais, bastante elevado para o produtor;
- Dividir o risco de as indenizações decorrentes de eventos climáticos de grandes proporções.

Basicamente, o seguro rural funciona em três pilares:

1. As seguradoras, beneficiárias da subvenção oficial, fecham contratos com os produtores nas modalidades agrícola, florestal, aquícola e pecuária, sendo responsáveis por 10%, em média, do risco de perdas na produção.
2. As empresas resseguradoras, que atuam em conjunto com as seguradoras, assumem o restante desse risco.

3. O governo, por meio do Prêmio do Seguro Rural, paga parte do prêmio contratado pelos produtores rurais nas seguradoras, que varia entre 30% e 70% do prêmio, conforme a modalidade e a cultura contratada. O seu limite é de R\$ 96 mil por produtor para a agricultura e de R\$ 32 mil para pecuária, florestal e aquicultura.

Somente com a aprovação da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, de autoria do Poder Executivo, regulamentada pelo Decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004, foi criado o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que começou a funcionar no fim de 2005. Hoje, estima-se que 10% da área plantada tenham proteção de seguro. Para quem estava no zero, a evolução é aceitável: o capital segurado passou de R\$ 127 milhões em 2005 para quase R\$ 10 bilhões em

2009. Para 2020 a meta é de R\$ 50 milhões, beneficiando 300 mil produtores.

A recente lei sancionada pela Presidência da República, que cria o Fundo de Catástrofe, faz parte de antiga solicitação do setor produtivo: a autorização para a constituição de um fundo em Parceria Público-Privada (governo federal, as seguradoras, resseguradoras, agroindústrias e cooperativas) para garantir às empresas seguradoras e resseguradoras cobertura suplementar dos riscos do seguro rural em casos de catástrofes climáticas, como seca e geadas intensas ou excesso de chuva.

Mas a caminhada é ainda longa. Falta ainda a regulamentação da lei, um processo de médio prazo que pode consumir mais dois anos.

Depois da regulamentação, está a proposta de montar um fundo de R\$ 4 bilhões: R\$ 2 bilhões com aportes imediatos do governo e outros R\$ 2 bilhões em outros três por meio da emissão de títulos públicos. Montados em Parceria Público-Privada, os recursos determinarão o percentual do sinistro que será de responsabilidade das empresas securitárias, a partir do qual o fundo propiciará a cobertura suplementar. ■

1 Pesquisador da Embrapa Gado de Leite - glauco@cnpgl.embrapa.br

2 Analista da Embrapa Gado de Leite - alziro@cnpgl.embrapa.br

3 Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Instituto Vianna Júnior

Cronologia do Fundo

- Em 30/5/2008, inicia a sua tramitação (Projeto de Lei Complementar - PLC nº 374/2008), de autoria do Poder Executivo, na Câmara dos Deputados;
- Aprovação, em 4/11/2009, do substitutivo negociado com o governo, sob relatoria do deputado Moacir Michelto (PMDB/PR), pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR);
- Aprovado na Câmara dos Deputados em 17/3/2010, com requerimento de urgência para a aprovação do projeto;

- Vai para o Senado Federal em 7/4/2010, identificado como Projeto de Lei Complementar nº 22/2010. Tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ), sob relatoria da senadora Kátia Abreu (DEM/TO), sendo substituída pelo relator *ad hoc*, senador Antonio Carlos Júnior (DEM/BA), para proferir parecer, aprovado em 16/6/2010;
- Aprovado em 3/8/2010 pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). No mesmo dia, foi votado e aprovado pelo Senado Federal;
- Remetido em 12/8/2010 e sancionado pela Presidência em 26/8/2010.

Biocombustível

Ferramenta para geração de riqueza e distribuição de renda

Cleber Lima Guarany*

OS BIOCOMBUSTÍVEIS são combustíveis produzidos a partir de materiais de origem orgânica e atualmente apresentam-se como uma excelente alternativa para muitos países diminuírem a dependência do petróleo e de seus derivados, principalmente no que tange à produção de etanol e biodiesel.

Alguns países já começaram a estabelecer marcos regulatórios para a mistura de biocombustível aos combustíveis fósseis, procurando mitigar os impactos econômicos do *peak oil*, ponto de referência para a taxa máxima de extração de petróleo, que, ao ser atingido, pressiona os preços dos combustíveis fósseis para patamares muito acima dos atuais, uma vez que a produção começa a declinar.

Benefícios como a redução de gases poluentes, a economia na balança de pagamentos, recuperação de áreas degradadas etc. são fortes argumentos para a introdução dos biocombustíveis na matriz energética de muitos países. Entretanto, um benefício que poucas vezes é mencionado e possui potencial para alavancar economias em desenvolvimento é a capacidade de geração de riqueza e distribuição de renda, que a introdução dos biocombustíveis proporciona a um país quando este começa a produzi-lo.

O mercado de combustível existe em praticamente qualquer país, seja para veículos automotores ou para motores estacionários para produção de energia elétrica. Portanto, quando falamos em adoção do biocombustível na matriz energética de um país, estamos na realidade considerando atender a uma demanda já existente, ou seja, participar da circulação monetária envolvendo a

importação, o armazenamento e a distribuição de combustíveis.

Diminuir a dependência de combustíveis fósseis, através da produção de biocombustíveis, mostra-se uma troca bastante vantajosa, pois, além dos benefícios citados, impulsiona a economia interna, através do aumento da circulação monetária, em virtude da diminuição das remessas de divisas para pagamento da conta petróleo.

Nesse contexto, no qual a demanda interna está estabelecida, um marco regulatório que possibilite a utilização de biocombustíveis direcionará investimentos da iniciativa privada para produção de etanol e biodiesel.

Além disso, incentivos fiscais para exportação de biocombustíveis poderiam ampliar os horizontes de crescimento do setor, aumentando a sua escala de produção e fortalecendo a indústria local. Esse fortalecimento impulsiona a chegada de novas tecnologias e traz a necessidade de capacitação de novos fornecedores para atender às demandas nos custos e prazos exigidos.

A indústria de biocombustível também traz em seu bojo um enorme poder de desenvolvimento do setor agrícola, em que são produzidas as principais matérias-primas para os biocombustíveis. Investimentos em máquinas e equipamentos agrícolas, desenvolvimento de novas variedades de plantas, fortalecimento do mercado de fertilizantes e defensivos e a introdução de melhores práticas de manejo são alguns exemplos desse desenvolvimento, que ajuda todo o setor, inclusive o de produção de alimentos.

Também vale destacar a capacidade desse setor em gerar empregos para uma

gama variada de profissionais, desde aqueles com baixa capacitação até os mais qualificados.

Nesse contexto, o Brasil é um exemplo a ser seguido. A produção do etanol já gera 465 mil empregos diretos no País e está presente em 1.042 municípios do Brasil, bem como o setor do biodiesel, que surgiu em 2005, gerando mais de 100 mil empregos diretos.

A cadeia de produção do biodiesel tem potencial único de estimular o desenvolvimento de produção de diversas variedades de oleaginosas e impulsionar o desenvolvimento de regiões carentes em todo Brasil. No Estado do Pará, por exemplo, está em curso um dos maiores programas de inclusão social do mundo, que através do plantio de dendê irá beneficiar mais de 100.000 famílias, gerando renda superior a R\$ 1.800,00 por mês.

Considerando que o potencial de produção de biocombustível é muito maior em países de clima tropical, a América Latina e a África surgem como candidatas naturais na liderança da produção de biocombustíveis no mundo.

Os biocombustíveis devem ser vistos como uma poderosa ferramenta, capaz de alavancar as economias de países em desenvolvimento, impulsionando não só o crescimento econômico como também o social.

Essa é, sem dúvida, uma oportunidade única para impulsionar a economia da região, gerando riqueza e distribuindo renda para uma parcela considerável da população. ■

* Coordenador de projetos da FGV Projetos / GVagro

A logística da carne bovina

Produtos desossados e refrigerados

Roberto Fray da Silva¹
José Vicente Caixeta Filho²
Juliana Domingues Zucchi³

O BRASIL é um importante exportador mundial de carnes e miudezas comestíveis. Em 2009, foram escoadas pelos portos nacionais 5,1 milhões de toneladas do produto. As carnes bovinas desossadas, congelada e fresca/refrigerada, foram responsáveis por cerca de 18% das exportações totais de carne.

Entretanto, a cadeia da carne bovina é pouco estudada do ponto de vista logístico. As vantagens adquiridas no modo de produção e a qualidade do rebanho podem se diluir em razão das grandes distâncias que necessitam ser percorridas a fim de se exportar o produto e das ineficiências nos terminais portuários brasileiros.

A fim de se manter a qualidade do produto por causa da perecibilidade, a carne bovina visando à exportação deve ser transportada em contêineres que utilizam, como meios de conservação, a refrigeração ou o congelamento, ocasionando maiores custos para a movimentação. Isso torna essa cadeia mais complexa que a de outros produtos agrícolas.

Aspectos gerais da cadeia

De acordo com o último levantamento do Censo Agropecuário, em 2006, os principais Estados produtores em número de cabeças foram: Minas Gerais (20.991.678), Mato Grosso (19.582.504), Mato Grosso do Sul (17.405.345), Goiás (16.684.133) e Pará (12.807.706).

Entretanto, não necessariamente os Estados com maior efetivo de rebanho são os principais em termos de abate ou exportação, devido basicamente a razões comerciais. Em 2009, os principais Estados abatedores em número de cabeças

foram: Mato Grosso (4.067.769), São Paulo (3.552.206), Mato Grosso do Sul (3.284.205), Goiás (2.538.203) e Minas Gerais (2.472.853).

O principal produto derivado do abate bovino exportado pelo Brasil é a carne bovina desossada congelada, seguida pela resfriada.

Aspectos importantes no transporte

A carne começa a perder qualidade a partir do momento em que ocorre o abate do animal. Para combater esse efeito, desenvolveram-se basicamente dois métodos de controle de qualidade: osmótico, que utiliza sal para evitar o crescimento de bactérias e micro-organismos; controle (diminuição) da temperatura da carga em trânsito, o que irá alterar ou mesmo paralisar o crescimento desses agentes.

O controle de temperatura é o método mais utilizado para conservar a carne, podendo ser dividido em dois tipos de controle: resfriamento e congelamento. A carne resfriada possui uma durabilidade de 120 dias e a congelada, de dois anos.

Além do custo do frete, outro fator que impacta de forma direta a logística do produto é o tempo entre a saída da planta frigorífica até o destino final, chamado de *transit time*.

As alternativas de transporte de ambos os tipos de carne se resumem, basicamente, ao transporte rodoviário até os portos nacionais e ao transporte marítimo até os portos de destino. Tentativas também vêm sendo realizadas para o uso do modal ferroviário na movimentação de carne bovina congelada dentro do País.

O transporte rodoviário de carne bovina atualmente é feito de duas formas: (1) o produto é acondicionado em caixas e transportado em carretas frigorificadas, com destino ao mercado interno e (2) em contêineres refrigerados (também conhecidos por *reefer*), geralmente de 40 pés. A carreta frigorificada também é utilizada no caso de carne resfriada ou quando há transferência de produto entre as unidades frigoríficas.

Carne bovina refrigerada

A carne bovina refrigerada exportada visa atingir, principalmente, os consumidores de países mais exigentes quanto à qualidade e também à Cota Hilton, obtendo-se, assim, melhores preços. Esses mercados consumidores são muito importantes para aumentar o faturamento dos frigoríficos em determinados períodos do ano.

Esse tipo de produto, provavelmente, continuará sendo escoado via modal rodoviário e para os mesmos portos em que é escoado atualmente. As empresas frigoríficas, para se precaver contra possíveis problemas de qualidade, alocam sua produção para as unidades mais próximas de portos. Nota-se uma concentração da produção de carne refrigerada para exportação nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em razão da proximidade tanto do local onde ocorrerá a troca de nota para obtenção do crédito fiscal quanto do porto pelo qual será escoada.

Nos casos em que a unidade abatedora está mais distante dos portos exportadores, faz-se uso do aparelho *Gen Set*, o qual mantém a temperatura constante e adequada à manutenção da qualidade do produto durante o transporte.

Caso o produto seja direcionado aos aeroportos, o que ocorre quando o pedido necessita ser entregue em menos de dez dias, o transporte é feito em caixas acondicionadas em carreta frigorificada, que irá levar o produto a um entreposto próximo ao aeroporto. No entreposto, a carga é verificada quanto à temperatura para, então, montar-se o *air pallet* ou o *air container*. Desse local, o

Brasil: exportação de carne bovina desossada congelada e resfriada por Estado, em toneladas, em 2009

Origem	Congelada	Refrigerada
RO	43.931	107
AC	24	0
PA	17.711	653
TO	16.641	1.896
MA	1.148	0
BA	225	0
MG	65.129	9.189
ES	4.541	637
RJ	38	0
SP	279.268	26.221
PR	8.142	65
SC	3.160	0
RS	21.744	549
MT	132.088	6.892
GO	130.286	11.705
MS	110.147	9.572
Total Geral	813.379	67.486

Fonte: MDIC/Secex - Sistema Alice Web.

Brasil: abate de bovinos por Estado em 2009



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2009), elaborado pelos autores.

produto segue unitizado para o terminal aeroportuário de destino.

Carne bovina congelada

A logística da carne bovina congelada é menos complexa que a da refrigerada, devido, principalmente, à sua característica de maior durabilidade. O *transit time* pode ser maior, criando a possibilidade de uso de modais alternativos de transporte e também possibilitando a produção mais distante dos portos de saída.

No caso das unidades frigoríficas no Estado de São Paulo, o fluxo mais comum dá conta de o produto seguir do frigorífico diretamente para o terminal portuário, sendo esse deslocamento feito de um a dois dias antes do *deadline* de embarque. Em casos em que há excesso de produto no porto, a carne é enviada para um entreposto retroportuário, também conhecido como terminal secundário, no qual ficará estocada para posteriormente ser acondicionada em contêineres e então seguir ao terminal portuário. O uso de Estações Aduaneiras do Interior (Eadis), também conhecidas como portos secos, não é uma prática comum devido, principalmente, aos altos custos de armazenamento do produto.

No caso de unidades frigoríficas fora do Estado de São Paulo, o fluxo mais comum envolve a unidade abatedora estufando o contêiner para então transportá-lo para uma segunda unidade da empresa, localizada normalmente no próprio Estado de São Paulo, onde ocorrerá a chamada troca de nota, processo no qual há modificação na nota fiscal do Estado exportador de origem. Isso ocorre, pois, caso a nota tenha o Estado de São Paulo como origem da exportação da carne bovina, o crédito fiscal recebido é maior que em outros Estados. De forma análoga ao primeiro caso, se houver excesso de produto no porto, torna-se necessário utilizar um terminal secundário.

Para que os terminais portuários apresentem clara viabilidade econômica para a exportação de carne, é necessário que observem eficiência e capacidade de movimentação. Esses fatores estão relacionados, basicamente, a equipamentos, profundidades do canal de acesso e do berço de atracação, à presença de armazéns refrigerados e facilidade de acesso.

Os equipamentos utilizados nos terminais portuários são os mesmos usados na movimentação de contêineres do tipo *dry*, isto é:

- *Mobile Harbour Crane (MHC)*, guindaste utilizado para levantar a carga e colocá-la no navio;
- *Portainer*, evolução dos guindastes *MHC*, que consiste de uma estrutura especial para o carregamento ou descarregamento de contêineres no navio;
- *Transtainer*, estrutura utilizada para o arranjo dos contêineres no pátio, porém, com atuação limitada devido às dificuldades de manobra; e
- *Reach-Stacker*, empilhadeira utilizada na movimentação de contêineres em curtas distâncias ou entre diferentes linhas, com facilidade de manobras.

A presença e estado de conservação desses equipamentos no terminal portuário irão influenciar diretamente a eficiência e a capacidade de carga do mesmo. ■

1 roberto.fray.silva@gmail.com - Graduando em Engenharia Agrônoma (Esalq/USP)
 2 jvcaixet@esalq.usp.br - Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP e Coordenador do Grupo Esalq-LOG
 3 jdzucchi@esalq.usp.br - Doutora em Ciências Econômicas pela Esalq/USP e Pesquisadora do Grupo Esalq-LOG

Crédito para o agronegócio

Aumento de 250% em sete anos

Rafael Ribeiro de Lima Filho¹Gustavo Aguiar¹Alcides Torres²Marco Túlio Habib²

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) lançou no fim do primeiro semestre o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2010/2011.

Para o ano agrícola que se inicia, 2010/2011, serão destinados R\$ 116 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 16 bilhões para a agricultura familiar. Esse dinheiro estará disponível para o produtor até o dia 30 de junho de 2011.

Desde a temporada 2003/2004, os recursos do governo, em valores nominais, para o financiamento rural quase que quadruplicaram. Passaram de R\$ 32,5 bilhões para os atuais R\$ 116 bilhões.

Em relação ao ano agrícola anterior, houve incremento de 8% no previsto para 2010/2011. Este aumento está associado à maior produção agrícola e aos crescentes custos de produção.

No caso dos grãos, a produção brasileira aumentou 20% nos últimos sete anos. De lá para cá, a inflação, medida através do IGP-DI, foi de 52%.

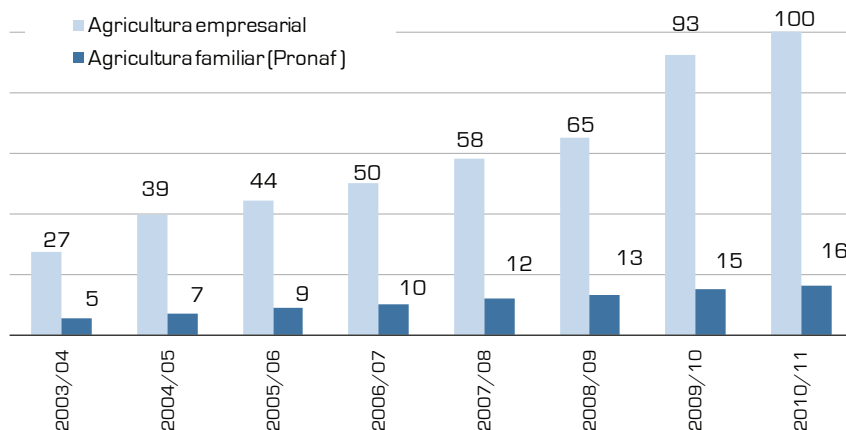
Distribuição e finalidade do financiamento

Os recursos do PAP podem ser utilizados pelo agricultor em investimentos na modernização e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, correção e recuperação do solo, além de melhoria tecnológica e genética.

Também podem financiar a aquisição de veículos utilitários para a lavoura, tais como veículos de carga, caminhões e tratores, entre outros.

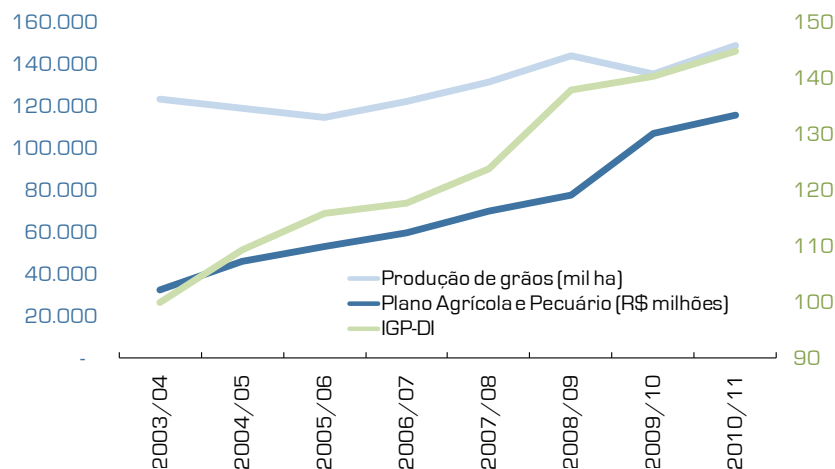
Dos R\$ 100 bilhões que serão destinados à agricultura comercial, a maior parcela vai para operações de custeio (compra

Crédito disponível: Plano Agrícola e Pecuário (bilhões de R\$)



Fonte: Mapa

Brasil: produção, financiamento e inflação *



Fontes: Conab e Mapa. * IGP-DI (Base 2003/2004 = 100)

de insumos, equipamentos, pagamento de mão de obra etc.) e de comercialização, cerca de R\$ 75,6 bilhões. O restante vai para o financiamento de investimentos e linhas especiais de crédito.

Para as operações de investimento, estão disponíveis R\$ 18 bilhões, 29% a mais do que na safra passada. Na sequência, são apresentadas as principais linhas de financiamento em 2010/2011.

ABC – Agricultura de Baixo Carbono – Novo programa do governo destinado a sistemas produtivos eficientes que contribuam para a mitigação da emissão dos gases de efeito estufa. Financia a implantação e a ampliação de sistemas de integração de agricultura com pecuária, entre outras práticas conservacionistas de solos, implantação e manutenção de florestas comerciais, recomposição de áreas de preservação ou de reservas.

Produza – Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável – Financiamento da produção agrícola em áreas que, embora produtivas, apresentam desempenho abaixo da média, devido a questões de degradação física ou à baixa fertilidade do solo.

Propflora – Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas – Financiamento da implantação de florestas e a recomposição das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente.

Pronamp – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural – Novo programa que coloca o médio produtor rural como prioridade.

Moderinfra – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem – Recursos para a ampliação da capacidade de armazenamento nas propriedades rurais.

Moderfrota – Programa de modernização da frota – Financia a aquisição de tratores agrícolas e implementos associados, colheitadeiras e equipamentos para preparo do solo.

Moderagro – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais – Destinado ao financiamento da correção de solos, à recuperação de pastagens cultivadas degradadas etc. Beneficiamento, industrialização, padronização e demais investimentos necessários às melhorias do padrão de qualidade e das condições de comercialização de produtos frutícolas, entre outros.

Crédito rural – PAP (bilhões de R\$)

Financiamento	2009/10	2010/11	Variação
Custeio e comercialização	66,2	75,6	14%
- Juros controlados	54,2	60,7	12%
- Juros livres	12	14,9	24%
Investimento	14,0	18,0	29%
Linhas especiais	12,3	6,4	-48%
Total	92,5	100	8%

Fonte: Mapa

Pronamp: condições de financiamento

Descrições	2010/11
Volume de recursos (R\$ bilhões)	1,7
Renda bruta anual (R\$ mil)	500
Limite de financiamento para custeio (R\$ mil)	275
Limite de financiamento para investimento (R\$ mil)	200
Taxa de juros (% a.a)	6,25

Fonte: Mapa

Prodecoop – Recursos para aumentar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. Apoia projetos de armazenagem de cooperativas.

De olho nos médios produtores

O médio produtor ganhou uma linha de financiamento exclusivo denominada Programa Nacional de Amparo ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

O Pronamp estipula limite de financiamento de custeio de R\$ 275 mil por beneficiário. Para investimento, cada produtor pode contratar até R\$ 200 mil, com taxa de juros de 6,25% anuais. No caso da agricultura familiar (Pronaf) o limite para financiamento é de R\$130 mil.

Renda, prazos e juros

Um fator importante para impulsionar o crédito é a renda agrícola. Se o mercado está bom, com preços que remuneram o produtor, é esperado maior investimento em qualquer que seja a atividade.

Para 2010/2011, uma das questões que têm pesado na escolha do produtor sobre qual cultura plantar é justamente o preço.

As primeiras pesquisas mostram um aumento da intenção de ampliação da área plantada com soja em detrimento

da plantada com milho. As estimativas variam de 2% a 5% em relação a 2009/2010 e são decorrentes da queda do preço do milho desde 2009.

Somente em agosto deste ano, as cotações do grão ganharam sustentação devido ao aumento da demanda interna, leilões e exportação.

Ao contrário do milho, a soja apresenta maior liquidez. Um bom exemplo é a safra 2009/2010, cuja produção de soja aumentou aproximadamente em dez milhões de toneladas em comparação com o ciclo anterior, e, no entanto, as cotações subiram (a partir de março), acompanhando a firme demanda interna e externa nos últimos meses.

A área com algodão também deve aumentar em função de preços mais atraentes. O produto, que em janeiro de 2009 estava cotado em 116 centavos de real por libra-peso, na segunda semana de setembro estava sendo negociado acima de 220 centavos de real.

Além disso, quem busca dinheiro na praça está sempre atrás de mecanismos de garantia, por exemplo, os seguros, e de prazos mais longos combinados a juros baixos. ■

1 zootecnista

2 engenheiro agrônomo

Defensivos agrícolas

O mercado de defensivos agrícolas

Marcelo Hirata Campacci*

A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) anunciou, em setembro último, uma queda no número de pessoas subnutridas no mundo, a primeira diminuição desde 1995: de 1,023 bilhão para 925 milhões, por causa da:

1º Retomada do crescimento mundial da economia;

2º Redução nos preços de alimentos, depois do pico em meados de 2008.

Os números ainda são elevados diante das Metas do Milênio, assinadas em 8 de setembro de 2000, de reduzir, até 2015, pela metade as vítimas da fome no mundo, lembra o relatório da Organização. O cumprimento dessas metas passa por questões como a disponibilidade de terras para a expansão da agricultura.

Mundo: disponibilidade de terras para expansão da agricultura

Regiões	Disponível
América Latina	41%
África	25%
Nafta	12%
Europa	11%
Ásia / Pacífico	11%

Fonte: FAO/Usda

A competitividade agrícola do Brasil se evidencia ao fato de os cultivos no País ocuparem, atualmente, apenas 7% do território. O País concentra a maior quantidade de terra agricultável da América Latina.

A incorporação de novas tecnologias na agricultura, como a dos defensivos agrícolas em lavouras comerciais de alto

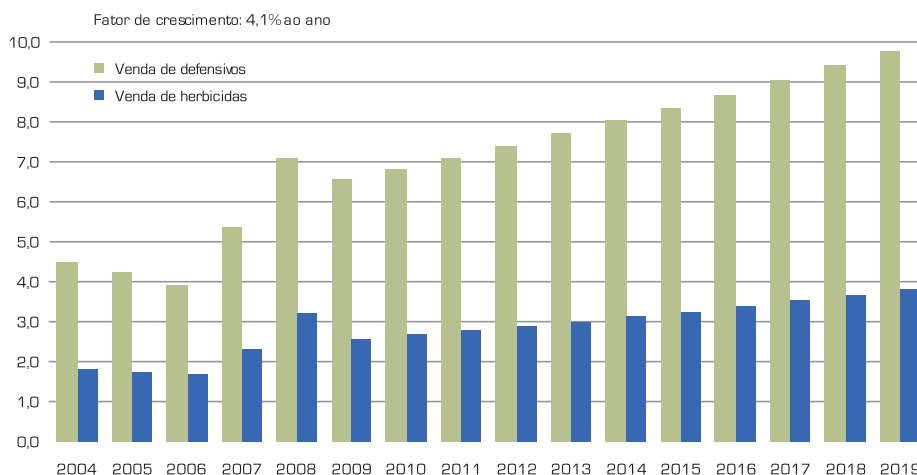
rendimento, será importante para promover a poupança de terras cultiváveis e impulsionar a produtividade. De acordo com o artigo *Crop Losses to Pests* (2005), com a proteção de culturas, é possível aumentar o rendimento das lavouras em:

resultado obtido foi de um faturamento de US\$ 10,2 bilhões, composto pelas classes de produtos: herbicidas (38%), inseticidas (30%), fungicidas (27%), acaricidas (1%) e outros (4%).

Para os ganhos de rendimento das lavouras brasileiras acontecerem, será fundamental o aumento da tecnologia. Quando se argumenta sobre os perigos envolvidos com o uso dos defensivos agrícolas, justificadamente as informações são bem documentadas. Mas os seus benefícios devem ser motivos para serem divulgados, principalmente pelos segmentos com maior grau de informação, como os veículos da mídia.

Quando os defensivos agrícolas são uti-

Projeção de vendas de defensivos agrícolas (US\$ bi)



Fonte: Sindag/Mapa, 2010. Projeções do Agronegócio. Brasil 2009/2010 a 2019/2019. Baseado na média do crescimento anual nas produtividades das culturas: algodão, arroz, feijão, milho, trigo, soja (grão e óleo), cana-de-açúcar (açúcar e etanol), laranja (suco de laranja e laranja) e celulose.

arroz (170%), milho (120%), soja (80%) e trigo (40%).

Para estimar o crescimento do mercado de defensivos no Brasil, a partir das *Projeções do Agronegócio: Brasil 2009/10 a 2019/20*, elaborado pela Secretaria de Gestão Estratégica, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, considerou-se o fator de crescimento médio nas áreas das culturas, de 4,1% ao ano, para ser aplicado nos dados históricos de venda de defensivos agrícolas do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag). O

lizados de forma racional e cuidadosa, em conjunto com outras tecnologias de manejo integrado de pragas, o seu uso é largamente justificado. Hans Dobson e Jerry Cooper, em seu artigo *The Benefits of Pesticides to Mankind and the Environment* (2007), argumentam que os perigos dos defensivos agrícolas não devem ser subestimados, e esforços devem ser feitos para minimizá-los; no entanto, é necessário enfatizar seus impactos altamente positivos. ■

* Engenheiro Agrônomo, assessor de Regulamentação Federal de Defensivos Agrícolas da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Gestão ambiental

Programa Carbono Cooperativo

Fabiana Arantes Campos Gadêlha*

O COOPERATIVISMO nasceu na Inglaterra, no auge da Revolução Industrial, a partir de um modelo socioeconômico no qual os trabalhadores pudessem alcançar a prosperidade econômica e social com independência e democracia.

No Brasil, o movimento é mais jovem, tendo iniciado há cerca de 100 anos. Hoje, o setor é formado por 7.261 cooperativas, representa 5,39% do PIB nacional, movimenta R\$ 88,5 bilhões e uma receita de R\$ 3,63 bilhões em vendas ao exterior. Na prática, atua em 13 ramos diversificados, produz qualidade, inovações tecnológicas, gera prosperidade, empregos e impostos.

Obedecendo ao sétimo princípio do cooperativismo – Interesse pela comunidade –, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade de fomento e representatividade do sistema, busca colaborar para um melhor resultado entre as variáveis: desenvolvimento social, econômico, ambiental, sustentabilidade.

Raciocinando soluções em prol desse ideal, em 2008, a OCB criou o Programa Carbono Cooperativo, a partir do Protocolo de Kyoto.

Programa Carbono Cooperativo

Espera-se que as informações e experiências geradas possam contribuir para que as cooperativas intensifiquem suas atividades na área de gestão ambiental, entendendo esse conceito como a condução harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e social, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade.¹

Pode-se entender o mercado de carbono como um incentivo à aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), por meio da comercialização mundial de créditos de carbono com empresas dos países do anexo I que precisam minimizar ou neutralizar a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE).

PAÍSES ANEXO 1 E ANEXO 2

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima distribui entre os países membros diferentes graus de responsabilidade pela emissão dos gases causadores do chamado efeito estufa. Para a divisão de responsabilidades, os países foram distribuídos em três grupos:

- Anexo I: países industrializados que concordam em reduzir suas emissões;
- Anexo II: países desenvolvidos que pagam os custos para países em desenvolvimento;
- Não Anexo I: países em desenvolvimento, sem metas de emissão, mas com obrigações como a implantação de programas nacionais de mitigação.

Segundo o Presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, a ideia é trabalhar para que cada cooperativa desenvolva seu próprio projeto de responsabilidade socioambiental, respeitando suas peculiaridades e culturas, aliando crescimento econômico e preservação das fontes renováveis.

Ao longo do processo de estruturação do programa, a OCB realizou a contrata-

ção de consultorias de renome nacional, firmou aliança estratégica com a Embaixada do Reino Unido, para idealizarem duas metodologias exclusivas para as cooperativas, que são:

1º. Programa Mercado de Carbono

Lançado em 16 de julho de 2008, o Programa Inserção Sustentável das Cooperativas no Mercado de Carbono foi desenvolvido com base nos três pilares da sustentabilidade:

Ambiental - Propiciar às cooperativas a redução das emissões de GEE e de resíduos da produção agropecuária e agroindustrial, contribuindo para a mitigação de seus passivos ambientais e, consequentemente, das mudanças climáticas do planeta, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos renováveis para as futuras gerações;

Social - Promover o desenvolvimento da sociedade cooperativa e da comunidade onde estão inseridas tais organizações, permitindo a inclusão do pequeno produtor no mercado; e

Econômico - Prospectar novas oportunidades de mercado com créditos de carbono para as cooperativas, renda adicional aos associados e desenvolvimento de diferenciais competitivos.

A partir de uma consultoria especializada e da parceria com a OCB, é realizado o diagnóstico ambiental e proposto um modelo de gestão particularizado à cultura, aos processos de produção e à sustentabilidade do programa na entidade, atendo-se a metodologias e rigores internacionais.

Para alcançar eficácia no programa, foram estabelecidas quatro linhas de ação:

- capacitação: capacitar técnicos das organizações estaduais da OCB na prospecção de oportunidades de negócio do mercado de carbono para as cooperativas;
- workshops: realizar trabalhos em oficinas regionais para o desenvolvimento inicial de projetos de MDL

por cooperativas e disseminar informações estratégicas;

- projeto piloto: desenvolver um modelo de projeto de MDL em uma cooperativa para ser replicado no sistema cooperativista;
- aliança estratégica: reunir parcerias em Aliança Estratégica (AE) para facilitar a execução de processos e o acesso a recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros necessários para a implementação do projeto piloto. Essa aliança possui, ainda, a atribuição de desenvolver políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento de projetos de MDL em cooperativas de pequenos produtores. As entidades que integram a AE são o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Banco do Brasil (BB) e Food and Agriculture Organization (FAO).

Resultados e produtos esperados:

- identificar os passivos ambientais das cooperativas;
- desenvolver o projeto piloto para ter como linha de base de redução de GEE, um modelo a ser replicado;
- disseminar no sistema cooperativista as informações estratégicas do mercado de carbono;
- propor a política de responsabilidade social do cooperativismo reforçado;
- promover a geração de diferenciais competitivos aos produtos e serviços das cooperativas, resultantes do investimento em MDL;
- contribuir para ampliar a participação do Brasil no mercado de carbono e para a mitigação da mudança do clima global.

Trata-se de um investimento com consideráveis benefícios, pois a mudança de atitude reverte-se em minimização de custos, *marketing* socioambiental e maior transparência perante o mercado consumidor que tem se mostrado mais exigente e seletivo.

2º. Programa MDL Florestal

Destinado a beneficiar as cooperativas agropecuárias, apoiando o compromisso do governo federal com o Protocolo de Kyoto, por meio da criação de metodologias e capacitações para a implementação dos projetos na mata atlântica.

Objetiva-se promover capacitações aos associados e técnicos das cooperativas, desenvolver o estudo de diagnóstico e metodologia específica para as cooperativas, criando estratégias e modelos de gestão para implementar, administrar e monitorar o reflorestamento.

Para tanto, trabalha nas seguintes atividades:

- desenvolve metodologia por meio da avaliação de potencial econômico, elaboração de estratégias e modelos de gestão para a implementação de projetos de reflorestamento e administração sustentável de florestas nativas;
- fornece capacitação a produtores rurais;
- cria um centro de intercâmbio de informações sobre mercado de carbono para cooperativas rurais, organizado pela OCB para disseminar ainda mais informação em MDL florestal;
- promove campanha de disseminação da metodologia no sistema cooperativista.

Resultados e produtos esperados:

- desenvolver a metodologia para a implantação do projeto de MDL florestal e multiplicá-la nas organizações estaduais da OCB e ter pelo menos dez cooperativas capacitadas;
- divulgar para a sociedade os projetos socioambientais nas cooperativas;
- viabilizar o reflorestamento de áreas degradadas na mata atlântica e conscientização da sociedade em relação à importância da vegetação nativa;
- remover 5.190 toneladas de CO₂ equivalente da atmosfera em 30 anos, eliminando os passivos de mata ciliar em 18 propriedades rurais.

Atualmente, há duas cooperativas agropecuárias (Copacol e C.Vale) participando do desenvolvimento de projetos pilotos de MDL florestal, em parceria com a Embaixada Britânica, visando restaurar 15 hectares de mata atlântica.

A Cooperativa Agroindustrial Copagrill, sediada Marechal Cândido Rondon (PR), foi a primeira entidade selecionada a participar do programa ambiental desenvolvido pela OCB. O objetivo principal foi desenvolver o diagnóstico, a metodologia e o Project Design Document (PDD) no modelo programático, para futura inserção de outras cooperativas. Hoje, o PDD foi entregue à Copagrill e está em fase de análise.

A adesão das cooperativas aos programas propostos é lenta, mas gradual, pois passa necessariamente por um processo de conscientização, de educação e de convencimento de que produção eficiente deve estar vinculada a um método que não cause danos ao meio ambiente, ou, ao menos, que compense seus efeitos.

Além do Programa Carbono Cooperativo, a OCB promove a disseminação de princípios de educação e preservação ambiental por meio do Prêmio Cooperativa do Ano, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a revista *Globo Rural*, da Editora Globo, com a categoria Desenvolvimento Sustentável.

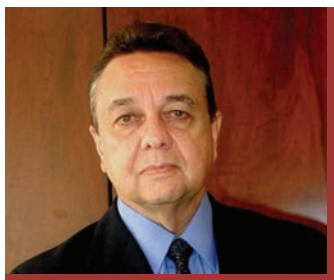
A proposta da OCB, como entidade promotora do cooperativismo, é incentivar a criação de departamentos de regulação ambiental no âmbito administrativo das cooperativas para formatação de projetos próprios, garantindo o desenvolvimento sustentável de todo o sistema. Com isso, contribui para o equilíbrio entre a qualidade de vida dos associados e da sociedade, obedecendo aos tratados legais nacionais e internacionais, e propõe a moderação entre produtividade e o respeito ao planeta. ■

1 Agra Filho e Viegas, O. Plano de Gestão e programa de monitoramento costeiro, Brasília (DF): Ministério do Meio Ambiente, 1995

* Advogada e gestora ambiental, OCB

Diário de bordo

OCB faz 40 anos



Roberto Rodrigues*

O COOPERATIVISMO é relativamente jovem no Brasil. Embora algumas cooperativas tenham nascido ainda no século XIX (a primeira foi em Limeira, em 1891), a mais antiga cooperativa ainda viva é a de crédito rural de Nova Petrópolis (RS), fundada sob os rígidos valores éticos e morais pelo jesuíta suíço Theodor Amstad, em 1902.

Por um longo período, o cooperativismo viveu de iniciativas esparsas, sob as regras da Constituição Brasileira de 1891, que garantia o direito de associação aos trabalhadores.

O Decreto Federal 22.239, de 1932, foi o primeiro instrumento legal a adotar os princípios *rochdaleanos*, dando às cooperativas a característica de sociedade de pessoas, e não de capital. A partir daí, o Estado tutelou o movimento a tal ponto, que, para se criar uma cooperativa, era preciso pedir uma Autorização de Funcionamento (AF) para o Governo Federal, enquanto qualquer outra sociedade podia ser constituída livremente. Quando o ministro de plantão era a favor do cooperativismo, tudo ia bem, mas quanto era contra...

Esse estado das coisas, cheio de altos e baixos, acabou inviabilizando a organização de um movimento coeso no cooperativismo, de modo que se chegou à década de 70, sob o regime militar, com duas entidades de representação do sistema: A Aliança Brasileira de Cooperativas

(Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), ambas criadas em 1956.

Foi então que o ministro da Agricultura, Cirne Lima, pediu a Antonio José Rodrigues Filho para coordenar a unificação do movimento.

Este esforço foi exitoso, obtendo dois grandes resultados: o primeiro foi a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras, único organismo de representação do movimento, em julho de 1970; e o segundo foi a Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que institucionalizou o sistema, conferindo à OCB o *status* de órgão consultivo do governo federal.

Mas a tutela ainda persistia, ainda era necessária a AF para se criar uma cooperativa.

A partir do início dos anos 80, o movimento passou a trabalhar pela sua autonomia (prevista em um dos princípios do cooperativismo), no que se convencionou chamar de autogestão.

Em 1988, no X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, com o notável trabalho da Frente Parlamentar do Cooperativismo, integrada por 217 constituintes, a OCB marcou posição pela autogestão, marcando um inquestionável ponto de inflexão na história do movimento. E, promulgada a nova Constituição, em outubro de 1988, lá estava o inciso XVIII, do artigo 5º, proibindo o Estado de intervir na constituição e no funcionamento das cooperativas. E mais, o parágrafo segundo do artigo 174 determinava que o Estado apoiasse e estimulasse o movimento.

Este tratamento constitucional foi um divisor de águas da história do cooperativismo brasileiro, indiscutivelmente. Como consequência, veio a criação da SESCOOP, o S do cooperativismo, cuja função primordial é formar recursos humanos para o movimento, especialmente na área de gestão. Outro artigo da constituição de 1988, o 192, deu ao cooperativismo de crédito alguma isonomia em relação ao sistema financeiro, o que permitiu a criação dos Bancos Cooperativos e mudanças de regras do CMN e do próprio Bacen.

Cresceu o poder da OCB, que negociou, através do Recoop, no governo FHC, o alongamento das dívidas das cooperativas agropecuárias contraídas durante a aguda crise dos anos 90.

Neste caminho, um fato foi notável. O Plano Collor extinguiu o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o SESCOOP, órgão do Ministério da Agricultura que “fiscalizava” as cooperativas, e o Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC). Dado o disposto no artigo 174, a OCB logo se mobilizou, obtendo a criação do Denacoop no Ministério da Agricultura, para o apoio ao movimento.

A expansão do cooperativismo brasileiro desde 1988 foi enorme, inclusive do ponto de vista da internacionalização, tendo até mesmo ocupado a presidência da Aliança Cooperativa Internacional de 1997 a 2001. As exportações aumentaram, o sistema amadureceu e hoje é reconhecido por sua força em todo o mundo.

No atual governo, ganharam poder as cooperativas ligadas aos movimentos sociais, que disputam junto ao Parlamento o direito de não se associarem à OCB, hoje muito bem administrada, liderando a modernização do sistema.

Este é um assunto a ser resolvido pela revisão da Lei 5.764. Foi ela que estabeleceu a representação única através da OCB. Muita coisa mudou desde então, inclusive o que foi determinado pela Constituição de 88, de modo que a lei precisa mesmo ser revista.

Mas este é apenas um dos problemas que o movimento cooperativo tem pela frente, sobretudo para se firmar em definitivo na sociedade brasileira. Os problemas de imagem, dos avanços em gestão e da sustentabilidade são temas essenciais quanto ao futuro e foram exaustivamente debatidos no XIII Congresso de Cooperativismo realizado nos dias 9 e 10 de setembro de 2010, dando a orientação para o futuro. Agora, é mãos à obra. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Incêndios e terra para estrangeiros



J. Reis

Cesário Ramalho*

NESTE MÊS, quero abordar dois assuntos que vêm ocupando a grande mídia, com impacto direto na imagem e nos marcos regulatórios do agronegócio: os incêndios florestais pelo País afora e a legislação relativa à aquisição de terras por estrangeiros.

Em relação ao primeiro tema, a Sociedade Rural Brasileira lamenta o elevado índice de incêndios florestais que vêm assolando o País, em razão da estiagem na maior parte do território nacional. Do ponto de vista técnico, são incêndios de ocorrências espontâneas, alguns acidentais e outros de origem criminosa. Entretanto, a Rural lamenta também o desconhecimento de alguns segmentos da sociedade – em sua maioria antagonistas ao agro – que insistem em tachar o produtor rural como vilão desta situação.

A Sociedade Rural Brasileira salienta de maneira contundente que o produtor rural sério e organizado não utiliza o fogo como ferramenta de trabalho para a sua atividade. A questão é que casos isolados não podem ser imputados ao conjunto da classe rural do País. O produtor é amigo do meio ambiente, sabe que a sustentabilidade de seu negócio está atrelada à proteção e ao uso racional dos recursos naturais. Além disso, o agro brasileiro cresce em produtividade, produzindo mais em menos áreas, ou seja, sem precisar desmatar.

O fato é que o produtor rural também é uma das vítimas da proliferação do fogo, que destrói lavouras e pastagens, bem como coloca em risco pessoas, instalações, animais e maquinários. No caso da agricultura que adota o plantio direto, por exemplo, os danos causados pelos incêndios comprometem a produtividade da próxima safra, já que o fogo queima a camada de palha existente sobre o solo e retira seus nutrientes.

A Rural lastima ainda que o Poder Público – único capaz de enfrentar incêndios dessa magnitude – não tenha sido capaz de planejar e realizar ações com o objetivo de prevenir e combater os atuais focos de queimadas. O Brasil, lamentavelmente, não conta com um sistema adequado de prevenção e manejo de incêndios. A defesa civil do País precisa ser aperfeiçoada, não só para os casos de incêndios como também para socorrer outros tipos de problemas, como enchentes, por exemplo.

Estranhamente, curiosamente e ironicamente, alguns órgãos ambientais procuram afastar de si a responsabilidade pelos problemas das queimadas, multando indiscriminadamente – com valores, diga-se de passagem, exorbitantes – os produtores rurais. Ressalte-se ainda que o produtor é, há anos, refém da ausência de um seguro maciço e adequado. A agropecuária é uma atividade de risco elevadíssimo.

Para se ter ideia desse problema, repasses da União para programas contra queimadas caíram 20% de 2009 para 2010, recuando de R\$ 112,9 milhões para R\$ 90,7 milhões. A Sociedade Rural Brasileira ressalta, ainda, a importância do controle do fogo nas reservas indígenas e nos assentamentos, pois, em muitas vezes, esses incêndios começam em terras protegidas e sem condições de serem revertidos.

Compra de terras por estrangeiros

Já com relação ao segundo assunto, a aquisição de terras por estrangeiros, limitada recentemente pelo presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, observamos que a compra de terras por organizações envolvidas diretamente com o Estado chinês, por exemplo, é algo que preocupa e que deve ser restringida. Todavia, não se trata de regras para investimentos estrangeiros, mas, sim, de relações entre Estados soberanos.

Na avaliação da Rural, o Brasil tradicionalmente abrigou agricultores que para cá vieram provenientes de toda parte do globo. De alemães, passando por italianos e holandeses, chegando a japoneses e norte-americanos, entre outros, todos trouxeram enorme contribuição para a nossa agricultura.

Enriqueceram nossa cultura, diversificaram a culinária e os costumes e hoje são parte do maior ativo brasileiro. A diversidade, que deve ser preservada na natureza, também deve ser incentivada na sociedade.

Para a Sociedade Rural Brasileira, não se pode deixar de lembrar também dos consideráveis investimentos nas atividades rurais que os brasileiros desenvolvem em países estrangeiros. Estas atividades dependem da nossa reciprocidade.

Por tanto, a Rural é favorável ao estímulo ao investimento estrangeiro no Brasil. Contudo, não há dúvida de que, no caso chinês, devem ser levadas em consideração suas particularidades.

A matéria é de grande importância e precisa ser tratada com a profundidade necessária. Na verdade, é uma questão que se relaciona com o tratamento que o Brasil dá ao investimento estrangeiro em geral.

Dessa forma, não pode ser objeto de decisão unilateral do Executivo, devendo, sim, ser debatida pela sociedade brasileira e deliberada pelo Congresso Nacional. O capital estrangeiro é necessário e muito bem-vindo, desde que utilizado para gerar riquezas no Brasil. Esses recursos são essenciais para viabilizar um novo salto do agronegócio brasileiro. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Hábito alimentar e saúde



João Sampaio*

PENSAR A produção agrícola também é ser capaz de antecipar as mudanças dos hábitos alimentares das populações, as tendências e transformações pelas quais as sociedades passam do ponto de vista econômico e cultural. É um grande desafio para países, como o Brasil, produtores de alimentos. A conquista de novos mercados é possível pela leitura precisa e capacidade de antever a dieta básica dos nossos compradores em décadas.

Por isso, o conceito agriconsumo, cada vez mais, se consolida no lugar da simples produção agrícola. O produtor terá de entender o mercado do ponto de vista do consumidor. Por isso, costumes e hábitos dos chineses à mesa, um mercado potencial de 1,3 bilhão de pessoas, têm sido curiosamente estudados pela indústria alimentícia, a exemplo de outros países asiáticos como Coreia do Sul, Japão e Filipinas.

Essas nações começaram um processo de ocidentalização nos costumes e de aumento de renda que leva ao consumo maior de proteínas. As carnes, o leite, os iogurtes, os queijos entram na dieta em doses pequenas, uma vez que os hábitos saudáveis de misturar proteínas com vegetais prevalecem como parte da cultura desses povos. A figura esbelta é símbolo de vitalidade e disciplina.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, falecido no ano passado, foi o autor da

ideia que “o alimento deve ser não só *bon à manger* mas também *bon à penser*: isto é, não só biológica, mas também culturalmente comestível”. As pessoas comem de uma forma que reflete a sua cultura. Isso não significa que esse hábito não se transforme no decorrer da história, seja por influências econômicas, sociais ou culturais.

No caso dos países asiáticos, a ocidentalização dos costumes chegou à mesa, e a nossa indústria de carnes, em particular, precisa entender a incorporação desses novos hábitos e potencializar ao máximo suas vantagens competitivas. Uma carne saudável, com cortes específicos para atender a esse mercado, prevalecerá sobre preços e competitividade. Uma vez que ao mesmo tempo que incorpora a proteína, as pessoas também estão preocupadas em aliar alimentação com saúde, assim como tem acontecido com as nações industrializadas ocidentais.

Do ponto de vista econômico, os hábitos alimentares também são influenciados. As duas grandes guerras mundiais ocorridas na Europa foram determinantes nos pratos das famílias das principais nações envolvidas no conflito nas décadas de 50 e 60. Lá, além de as mulheres serem compelidas circunstancialmente ao mercado de trabalho, pelo fato de milhares de homens estarem servindo na guerra, tiveram que não só agilizar o preparo dos alimentos, como racioná-los. A carestia daqueles tempos trouxe o hábito das pequenas porções nos supermercados e o não desperdício que até hoje marcam o comportamento de parte da Europa.

A indústria de alimentos teve de se adequar rapidamente, e a criação de

embalagens e a longevidade do produto foram os grandes desafios colocados para a conquista deste mercado consumidor. A durabilidade e a praticidade dos alimentos acabam por determinar a boa aceitação do produto e sua introdução e manutenção no mercado industrializado.

São inúmeras as razões no ato da escolha do prato de todo dia, entretanto essas escolhas são regidas pelo poder aquisitivo dos segmentos sociais e por oscilações entre aquilo que é ditado pela cultura e aquilo que é entendido como saudável.

A dieta do brasileiro, por exemplo, passa por transformações. Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE mostra que o tradicional feijão com arroz já está sendo trocado pela praticidade do mercado industrializado com as carnes e massas semiprontas em embalagens de longa duração. Outra curiosidade: se, na Idade Média, as pessoas tinham o hábito de levar à mesa a peça de carne por inteira, hoje, o consumidor não quer a mínima referência ao animal.

O grande desafio do agriconsumo está na produção sustentável e saudável. Cada vez mais, os hábitos alimentares são determinados por esses dois critérios, e, com a globalização, isso deixa de ser fenômeno das nações ricas europeias e se espalha pelo mundo. Descobrir novas alternativas de produção, preparo e consumo é colocado como provação para o agricultor e a indústria de alimentos. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preço médio de colheitadeiras em setembro de 2010 (R\$/unidade)

COLHEITADEIRAS	Modelo	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
Massey Fergusson	MF 32	330.000,00	347.000,00	360.000,00	360.000,00
Massey Fergusson	MF 34	450.000,00	450.000,00	500.000,00	500.000,00
Massey Fergusson	MF 9690	460.000,00	470.000,00	550.000,00	550.000,00
New Holland	CR 9060	630.000,00	635.000,00	650.000,00	720.000,00
New Holland	CS 660	520.000,00	490.000,00	530.000,00	560.000,00
New Holland	TC 5090	400.000,00	445.000,00	420.000,00	470.000,00
New Holland	TC 5070	305.000,00	345.000,00	330.000,00	420.000,00
Valtra	BC 6500	530.000,00	620.000,00	620.000,00	550.000,00
Valtra	BC 7500	600.000,00	680.000,00	680.000,00	670.000,00
Valtra	BC 4500	350.000,00	500.000,00	350.000,00	370.000,00
Jonh Deer	1175 HY	340.000,00	300.000,00	365.000,00	355.000,00
Jonh Deer	9470	500.000,00	560.000,00	520.000,00	498.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de tratores em setembro de 2010 (R\$/unidade)

TRATORES	Modelo	São Paulo	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso
Massey Fergusson	MF 4292/4	100.000,00	116.000,00	113.000,00	111.000,00
Massey Fergusson	MF 7140/4	122.000,00	150.000,00	140.000,00	145.000,00
Massey Fergusson	MF 7370/4	180.000,00	180.000,00	210.000,00	181.000,00
New Holland	7030	158.000,00	171.000,00	160.000,00	180.000,00
New Holland	7040	167.000,00	180.000,00	175.000,00	198.000,00
New Holland	7060	210.000,00	225.000,00	220.000,00	240.000,00
Valtra	BM 125-4	122.000,00	125.000,00	128.000,00	137.500,00
Valtra	BM 185-4	176.000,00	200.000,00	190.000,00	215.000,00
Valtra	BM 205-4	205.000,00	210.000,00	215.000,00	224.000,00
Jonh Deer	7715	215.000,00	215.000,00	230.000,00	219.000,00
Jonh Deer	7815	230.000,00	245.000,00	255.000,00	238.000,00
Jonh Deer	8430	375.000,00	350.000,00	400.000,00	385.000,00

Fonte: Scot Consultoria

Preço médio de grades em setembro de 2010, referência São Paulo (R\$/unidade)

GRADES	Modelo	Número de discos	Potência (CV)	Preço
TATU	GNF - 36	36	80-90	11.177,00
TATU	GNF - 40	40	97-105	11.753,00
TATU	GNF-32	32	80-90	7.748,00
TATU	GN - 32	32	80-90	8.754,00
TATU	GN - 40	40	97-105	11.871,00
TATU	GNCR - 36	36	97-105	14.889,00
TATU	GNDH	44	116-120	22.419,00
TATU	GNFM - 36	36	80-90	13.493,00
BALDAN	NV - 32	32	61-75	9.803,00
BALDAN	NV - 40	40	85-91	12.616,00
BALDAN	NVCR - 36	36	75-85	15.804,00

Fonte: Scot Consultoria

Máquinas agrícolas

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um produtor que pretenda adquirir hoje (setembro/2010) um trator da Massey Fergusson, modelo MF 7370/4, cujo preço é R\$180 mil em São Paulo, através da linha de financiamento Moderfrota. O financiamento do bem, para uma entrada de 30% (R\$ 54 mil), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para janeiro/11). Lembrando que a taxa de juros para esta modalidade é de 9,5% a.a., no final do financiamento o produtor terá pago R\$ 209,9 mil pelo trator.

* R\$ 180.000 - R\$ 54.000 (30% de entrada)

Data de Vencimento	Saldo Devedor	Amortização	Juros	Prestação	Parcela
15/01/11	126.000,00	12.600,00	3.590,37	16.190,37	1
15/07/11	113.400,00	12.600,00	5.220,06	17.820,06	2
15/01/12	100.800,00	12.600,00	4.718,73	17.318,73	3
15/07/12	88.200,00	12.600,00	4.082,99	16.682,99	4
15/01/13	75.600,00	12.600,00	3.539,05	16.139,05	5
15/07/13	63.000,00	12.600,00	2.900,03	15.500,03	6
15/01/14	50.400,00	12.600,00	2.359,37	14.959,37	7
15/07/14	37.800,00	12.600,00	1.740,02	14.340,02	8
15/01/15	25.200,00	12.600,00	1.179,68	13.779,68	9
15/07/15	12.600,00	12.600,00	580,01	13.180,01	10
Total		126.000,00	29.910,31	155.910,31	
Total pago: 155.910,31 + R\$ 54.000 = R\$ 209.910,31					

Produção agrícola brasileira

Produção brasileira de grãos (mil toneladas)

Produtos	2007/09	2008/09 ¹	2009/10 ²	Variação [2/1] [%]
Algodão - caroço	2.504,7	1.890,6	1.847,1	-2,3
Amendoim total	303,1	300,6	226,0	-24,8
Amendoim 1ª safra	256,2	246,1	191,9	-22,0
Amendoim 2ª safra	46,9	54,5	34,1	-37,4
Arroz	12.074,0	12.602,5	11.260,3	-10,7
Feijão total	3.520,9	3.490,6	3.265,1	-6,5
Feijão 1ª safra	1.243,1	1.344,5	1.463,1	8,8
Feijão 2ª safra	1.445,5	1.371,6	1.022,8	-25,4
Feijão 3ª safra	832,3	774,5	779,2	0,6
Girassol	147,1	109,4	80,6	-26,3
Mamona	123,3	92,5	100,6	8,8
Milho total	58.652,2	51.003,9	56.124,2	10,0
Milho 1ª safra	39.964,1	33.654,9	34.079,2	1,3
Milho 2ª safra	18.688,1	17.349,0	22.045,0	27,1
Soja	60.017,7	57.165,5	68.688,2	20,2
Sorgo	1.985,5	1.934,9	1.624,2	-16,1
Aveia	230,2	232,2	266,3	14,7
Canola	-	-	42,1	-
Centeio	4,9	6,1	6,1	-
Cevada	264,7	237,0	267,2	12,7
Trigo	4.097,1	5.884,0	5.026,3	-14,6
Triticale	211,9	184,7	172,2	-6,8
Brasil total ³	144.137,3	135.134,5	148.996,4	10,3

1 Preliminar; 2 Estimativa; 3 Exclui produção de algodão em pluma. Fonte: Conab

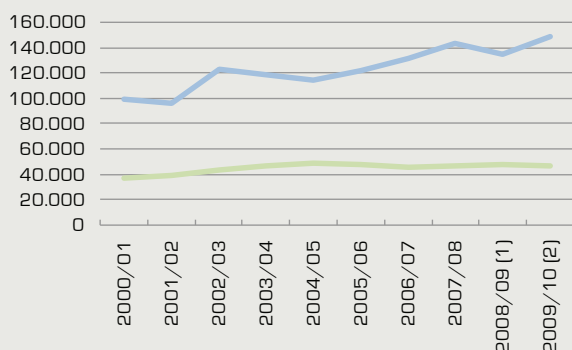
Produção agrícola brasileira

Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma							
2003/04	344,8	1.309,40	105,2	1.759,40	903,4	331	525
2004/05	525	1.298,70	37,6	1.861,30	945,9	391	524,4
2005/06	524,4	1.037,80	81,6	1.643,80	983,4	304,5	355,9
2006/07	355,9	1.524,00	96,8	1.976,70	990	419,4	567,3
2007/08	567,3	1.602,20	33,7	2.203,20	1.009,20	532,9	661,1
2008/09	661,1	1.213,70	14,5	1.889,30	948,6	504,9	435,8
2009/10	435,8	1.181,10	70	1.686,90	1.000,00	400	286,9
Milho							
2003/04	8.553,60	42.128,50	330,5	51.012,60	38.180,00	5.030,90	7.801,70
2004/05	7.801,70	35.006,70	597	43.405,40	39.200,00	1.070,00	3.135,40
2005/06	3.135,40	42.514,90	956	46.606,30	39.829,70	3.938,00	2.838,60
2006/07	2.838,60	51.369,90	1.095,50	55.304,00	41.829,80	10.933,50	2.540,70
2007/08	2.540,70	58.652,30	808	62.001,00	44.288,20	6.400,00	11.312,80
2008/09	11.312,80	51.003,80	1.132,90	63.449,50	44.279,10	7.765,40	11.405,00
2009/10	11.405,00	56.124,20	500	68.029,20	45.821,00	9.500,00	12.708,20
Soja em grãos							
2003/04	4.522,00	49.988,90	349	54.859,90	31.090,00	19.247,70	4.522,20
2004/05	4.522,20	52.304,60	368	57.194,80	32.025,00	22.435,10	2.734,70
2005/06	2.734,70	55.027,10	48,8	57.810,60	30.383,00	24.957,90	2.469,70
2006/07	2.469,70	58.391,80	97,9	60.959,40	33.550,00	23.733,80	3.675,60
2007/08	3.675,60	60.017,70	96,3	63.789,60	34.750,00	24.499,50	4.540,10
2008/09	4.540,10	57.161,60	100	61.801,70	32.564,00	28.562,70	675
2009/10	675	68.688,20	200	69.563,20	36.300,00	29.408,00	3.855,20
Trigo							
2003/04	927,8	6.073,50	5.373,80	12.375,10	9.642,00	1.373,30	1.359,80
2004/05	1.359,80	5.845,90	4.971,20	12.176,90	9.803,00	3,5	2.370,40
2005/06	2.370,40	4.873,10	5.844,20	13.087,70	10.231,00	784,9	2.071,80
2006/07	2.071,80	2.233,70	7.164,10	11.469,60	9.600,00	19,7	1.849,90
2007/08	1.849,90	4.097,10	5.926,40	11.873,40	9.618,00	746,7	1.508,70
2008/09	1.508,70	5.884,00	5.676,40	13.069,10	9.863,00	351,4	2.854,70
2009/10	2.854,70	5.026,30	5.917,70	13.798,70	10.214,00	1.170,40	2.414,30
2010/11	2.414,30	5.392,30	5.300,00	13.106,60	10.249,00	700	2.157,60

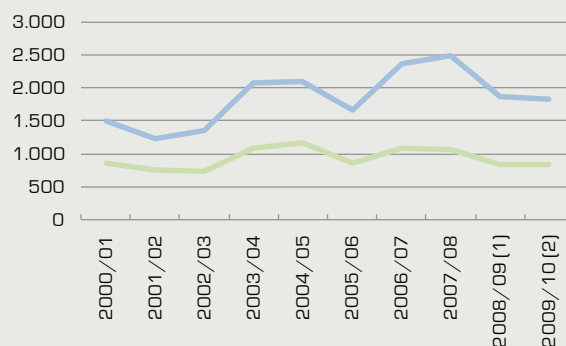
Produção agrícola brasileira

Produção (mil t)
Área (mil ha)

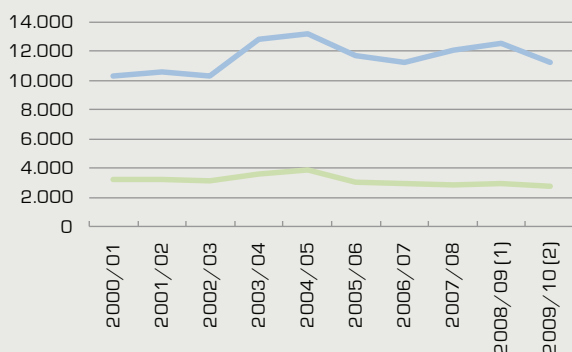
Grãos



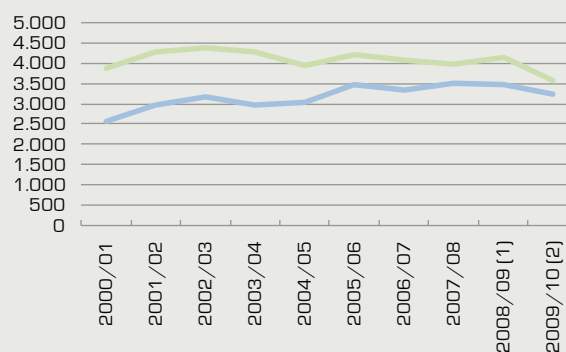
Algodão



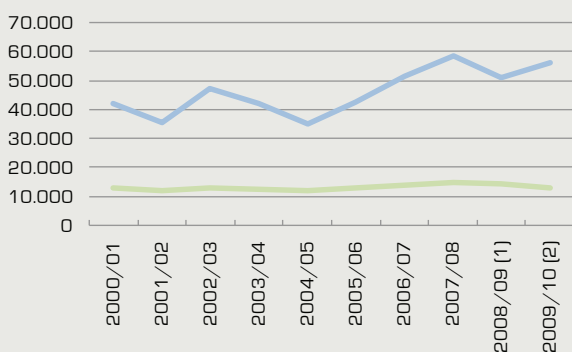
Arroz



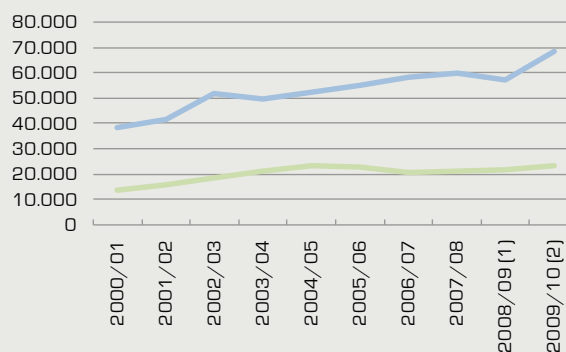
Feijão



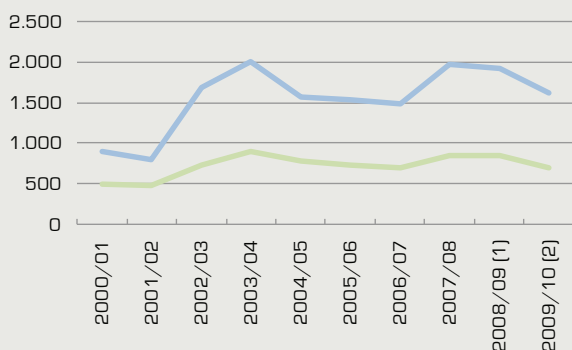
Milho



Soja



Sorgo



Trigo

